

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE HISTÓRIA – BACHARELADO

Carlos Eugênio da Silva Negreiros

***Anacefaleose da história portuguesa: profecia e messianismo em Manuel Bocarro
Francês (1593 – 1662).***

Porto Alegre

2014

Carlos Eugênio da Silva Negreiros

***Anacefaleose da história portuguesa: profecia e messianismo em Manuel Bocarro
Francês (1593 – 1662).***

Trabalho de Conclusão apresentado à Comissão de Graduação do Curso de História - Bacharelado do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Bacharel em História.

Orientador: Fernando Felizardo Nicolazzi

Porto Alegre

2014

Ao concluir essa etapa da vida, gostaria de dedicar esse momento...

... ao meu pai Carlos Alberto, por todo o apoio ao longo desses anos – e por toda a vida também; ao meu irmão gêmeo Yuri, que sempre esteve e estará ao meu lado, meu primeiro e melhor amigo; à minha vó Laura, que sempre cuidou de mim, do meu irmão e da minha prima Bruna, alguém que merece também todos os agradecimentos do mundo por ter sempre me ajudado. Eu amo vocês.

E gostaria de dedicar este trabalho...

... a todos os meus amigos que são parte da minha história, desde o colégio, o cursinho pré-vestibular, a UFRGS e aqueles que conheci na internet. Esses foram os melhores anos da minha vida graças a vocês.

... à professora Adriana Schmidt Dias, que me deu a oportunidade de trabalhar com ela durante três semestres, e acabou descobrindo um bom monitor e um grande amigo; à professora Silvia Moehlecke Copé, que também deu-me a oportunidade de trabalhar com ela por dois semestres, e uma amizade por toda a vida.

... ao professor Fábio Kühn, por ser o “melhor professor da História” e me indicar dois livros que me levaram até o tema deste trabalho.

... ao meu orientador prof. Fernando Nicolazzi, pelas ótimas indicações e orientações, que ajudaram a tornar essa etapa final da faculdade muito mais tranquila.

... ao Dr. Francisco Moreno-Carvalho, especialista no assunto, pela grande ajuda ao longo deste trabalho, com comentários e sugestões que tornaram possível este estudo.

E, finalmente, dedico este trabalho à minha mãe.

*Quando virás, ó Encoberto,
Sonho das eras português,
Tornar-me mais que o sopro incerto
De um grande anseio que Deus fez?*

*Ah, quando quiserás, voltando,
Fazer minha esperança amor?
Da névoa e da saudade quando?
Quando, meu Sonho e meu Senhor?
(Fernando Pessoa)*

RESUMO

Manuel Bocarro Francês (1593 – 1662) foi um médico português, judeu e sebastianista. Atuando também como astrólogo, previu que o reino de Portugal tornar-se-ia a última e mais poderosa monarquia do mundo, através de interpretações e cálculos astronômicos sobre os movimentos dos astros. Previu também que Portugal seria governado por um rei Encoberto, e que esse domínio englobaria a Espanha inclusive. O objetivo deste trabalho é examinar alguns episódios da história portuguesa mencionados por Bocarro em duas obras, *Anacephaleoses da Monarchia Lvzitana* (1624) e *Luz pequena, Lunar, E estelífera Da Monarchia Luzania* (1626), juntamente com análises sobre seus aspectos políticos, sociais e culturais. Com o *Anacephaleoses* escrito em versos de difícil compreensão para escapar da censura castelhana, Bocarro publicou o *Luz pequena*, com o objetivo de explicar o significado de algumas estrofes do texto anterior. Com forte conteúdo messiânico, essa obra trazia d. Teodósio de Bragança, pai do futuro rei D. João IV, como o rei Encoberto restaurador da Coroa de Portugal. Investigaremos como a dinastia de Avis se relacionou com o judaísmo presente na Península Ibérica, dando origem aos cristãos-novos. Veremos que isso forneceu bases para o messianismo português, ao lado da ideia de os portugueses serem o povo escolhido de Deus, como os hebreus, principalmente a partir do Milagre de Ourique. Dessa forma, poderemos relacionar alguns eventos do passado luso com as profecias de Bocarro que versam sobre o futuro de Portugal, para assim concluirmos o seu pensamento messiânico conjuntamente com o contexto histórico vivido – direta ou indiretamente – por ele.

Palavras-chave: Astrologia. Messianismo. Judaísmo. Portugal. Profetismo. Sebastianismo. União Ibérica.

ABSTRACT

Manuel Bocarro Francês (1593 – 1662) was a Portuguese Jewish Sebastianist doctor. Also an astrologist, he predicted, by means of interpreting and astronomic calculation on the movement of stars, that Portugal would become the last and most powerful monarchy in the world. He also predicted that Portugal would be ruled by a Hidden king and that ruling would also encompass Spain. This paper aims at examining some episodes of the Portuguese history which were mentioned by Bocarro in two of his works – *Anacephaleoses da Monarchia Lvzitana* (1624) and *Luz pequena, Lunar, E estelífera Da Monarchia Luzania* (1626), - and also by analyzing its political, social and cultural aspects. Having written *Anacephaleoses* in verse of difficult understanding so as to escape Castillian censorship, Bocarro published *Luz pequena* with the intent of explaining the meanings behind some stanzas of the previous text. With strong messianic content, this work showed Dom Teodósio da Bragança, father of future king Dom João IV, as the Hidden king restorer of the Portuguese Crown. This paper will examine how the Avis Dynasty establish a relationship with the Judaism present at the Iberian Peninsula, which is the origin of the new Christians, and how that established the basis for the Portuguese messianism alongside the idea that, just like the Hebrews, the Portuguese were the people chosen by God, especially after the Ourique's miracle. This way, it will be possible to compare events from the Portuguese past to Bocarro's prophecies, which are about Portugal's future, and then infer its messianic thinking alongside a historical context experienced, directly or indirectly, by it.

Key words: Astrology. Messianism. Judaism. Portugal. Prophetism. Sebastianism. Iberian Union.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 EXPERIÊNCIA DA MONARQUIA LUSITANA: O PASSADO DE BOCARRO, DE AVIS, DOS JUDEUS E DE D. SEBASTIÃO.	12
1.1 MANUEL BOCARRO FRANCÊS	13
1.2 ANACEPHALEOSES DA MONARCHIA LVZITANA	15
1.3 LUZ PEQUENA, LUNAR, E ESTELÍFERA DA MONARCHIA LUZANIA	19
1.4 DINASTIA DE AVIS	22
1.5 CRISTÃOS-NOVOS E BANDARRA	25
1.6 MESSIAS E MESSIANISMO	28
1.7 D. SEBASTIÃO E O REI ENCOBERTO	32
1.8 O ENCOBERTO PARA BOCARRO	34
2 EXPECTATIVA DO IMPÉRIO LUSITANO: O FUTURO DA UNIÃO IBÉRICA, DO SEBASTIANISMO E DE PORTUGAL.	38
2.1 UNIÃO IBÉRICA	38
2.2 SEBASTIANISMO	41
2.3 A EXPECTATIVA DE BOCARRO	42
2.4 PORTUGAL COMO A ÚLTIMA E MAIS PODEROSA MONARQUIA DO MUNDO	46
2.5 A ASTROLOGIA E A TEORIA DA INFLUÊNCIA CELESTE	47
2.6 ESPERANÇA NOS ASTROS	48
2.7 QUINTA MONARQUIA & QUINTO IMPÉRIO	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	59
ANEXO A - Dinastias	63
ANEXO B – Lista de obras publicadas por Manuel Bocarro Francês	64
ANEXO C – Frontispício do <i>Anacephaleoses da Monarchia Lvzitana</i> , 1624.	65
ANEXO D – Frontispício do <i>Luz pequena, Lunar, E estelífera Da Monarchia Luzania</i> , 1626.	66

INTRODUÇÃO

“O século XVII teve a infelicidade de ficar entre o XVI e o XVIII”. Esta sentença que inicia o estudo de Eduardo d’Oliveira França sobre Portugal no “século mal estudado”, “século mal compreendido” – nomes dos tópicos do capítulo introdutório – é explicada por ele situar-se entre o Renascimento e as Luzes, entre o Humanismo e o Nacionalismo. O Racionalismo do XVIII via nas obras do século anterior um classicismo decadente, rebuscado e artificial. O Seiscentos, de uma religiosidade mística, era o “século dos jesuítas, das polémicas religiosas, de arte barroca, de eclosão capitalista, de absolutismo autoritário à moda dos Habsburgos”. O século XVII foi ibérico, e o grande acontecimento político desde 1580 foi a União Ibérica (FRANÇA, 1951, pp. 4-5).

Em Portugal, durante a Idade Moderna, acreditava-se que toda a história do reino já havia sido traçada e revelada por meio de profecias, com base no judaísmo e messianismo presentes na Península Ibérica há séculos, que contribuíram para a ideia de povo eleito de Deus.

Assim como os nossos conhecimentos do passado se baseiam em documentos históricos, assim as esperanças messiânicas se fundam em profecias. Mas existe uma diferença fundamental: ao passo que o documento histórico é apenas a base dos nossos conhecimentos do passado, a profecia é a base e, ao mesmo tempo, o produto das esperanças messiânicas (BESSELAAR, 1987, p. 26).

De acordo com Besselaar, o profetismo conservou-se em Portugal entre os séculos XVI a XVIII. Como uma tentativa do homem português de compreender os mistérios da Divina Providência, a profecia daria um sentido — divinamente garantido — ao processo histórico e, por conseguinte, à atividade coletiva da sociedade. A profecia originar-se-ia em sociedades que viveriam da fé num Deus que recompensa as virtudes e castiga os pecados no próprio mundo terreno. França resume habilmente os sentimentos por trás dos discursos messiânicos do Seiscentos português:

[...] aqueles indivíduos se abandonavam à esperança do milagre. Acreditavam na força do destino escrito nos astros. Acreditavam nas profecias que respondiam a seus anseios. Entregavam-se ao fatalismo da espera. Essas esperanças vagas eram evasão: idealizações do futuro que não tinham forças para construir [...] (FRANÇA, 1951, p. 219).

O discurso messiânico se organizou em torno da “saúde” e da “esperança” em relação a um monarca lusitano simbólico, enquanto cabeça do reino. O príncipe poderia ser o que usava o cetro (D. João IV na Restauração), um rei que voltaria (D. Sebastião ou Afonso Henriques) ou ainda um infante (D. Teodósio de Bragança).

O início das conquistas portuguesas no ultramar fez da dinastia de Avis² a responsável pelo retorno do reino ao curso de seu próprio destino, que transformou a Batalha de Ourique no milagre fundador do reino. Ao longo de seu reinado dinástico, diversos acontecimentos resgataram e reforçaram o caráter sacral da monarquia portuguesa, por exemplo, nas batalhas de Aljubarrota, com o rei D. João I, até a batalha de Alcácer Quibir, com D. Sebastião.

A partir do seu conhecimento astrológico, o médico judeu Manuel Bocarro Francês (1593 – 1662) afirmou que “já no ceo o predice: o passado pelo futuro”, em relação a uma retomada, no futuro, do passado glorioso português. A história já havia acontecido, agora ela apenas se reproduziria ciclicamente, repetindo a fase áurea de Portugal. Mas também seria uma história linear, rumo ao horizonte que se descortinaria como uma *aetas aurea* redentora. Daí o título do livro de Reinhart Koselleck que usaremos neste trabalho, *Futuro Passado*: como a ideia de progresso desenvolve-se no século XVIII, entendia-se até então que acontecimentos se repetiriam, e que era possível pensar e imaginar o futuro apenas olhando para o passado. Bocarro, ao escrever durante o século XVII, prognosticou, dessa maneira, uma “monarquia do futuro passado”, uma monarquia poderosa no futuro porque ela fora assim no passado.

Até o século XVIII dominava a ideia de que era possível aos homens adquirirem conhecimentos a partir da História. Tanto os eventos ocorridos no passado, como a previsão para acontecimentos futuros estavam ligados, levando à crença de que nada de fundamentalmente novo podia ocorrer.

A história era um cadinho de experiências instrutivas, do qual se podiam extrair ensinamentos. Dessa forma, o homem pôde acreditar-se equipado para repetir os sucessos do passado, em vez de incorrer continuamente em velhos erros (KOSELLECK, 2006, p. 80).

No Europa, a história confirmou e demonstrou continuidade nos planos jurídico, moral, teológico e político. E esteve sempre presente um sentido voltado à ordem divina ou uma regularidade de ordem natural. Para algum fato imprevisto era atribuído um sentido mais

² Dinastia de Avis (1385 – 1580). Ver Anexos.

profundo ou mais elevado. A convicção na repetição da história e, a partir dela, na capacidade de transmissão de saberes graças à experiência, constituía a *historia magistra vitae est*, de Cícero. Nenhuma previsão escapava aos limites da experiência histórica, inclusive profecias astrológicas e teológicas, que permaneciam presas a leis planetárias ou a antigos presságios.

As visões e seus visionários estavam sob controle da Igreja desde o Concílio Latrão V (1512 – 1517), sendo preciso uma autorização para o anúncio de previsões. A Santa Sé não queria que a sua existência fosse ameaçada, pois a sua unidade asseguraria a ordem do mundo até a chegada do seu fim. Como consequência, o futuro do mundo acabou por ser incorporado à própria história da Igreja. Com a Reforma, essa integração entre ambos foi quebrada. A experiência de um período sangrento de batalhas levou ao reconhecimento de que as guerras civis religiosas não previam o Juízo Final, mas sim, de acordo com Koselleck, a própria paz, pois, esgotadas, as potências religiosas puderam ser cooptadas politicamente, ou então neutralizadas. Dessa forma, o apocalipse foi sendo adiado, graças também à astrologia, pois “os cálculos astrológicos deslocavam as expectativas escatológicas para um futuro cada vez mais distante” (KOSELLECK, 2006, p. 28). A formação do Estado Absoluto igualmente vai de encontro às profecias políticas e religiosas de todo tipo. Ao coibir as previsões apocalípticas e astrológicas, o Estado concentrou em suas mãos a manipulação do futuro.

Como ponto de vista contrário às profecias tem-se a previsão racional, o prognóstico. Até meados do século XVII, no pensamento predominante no Ocidente, o futuro era encarado como atrelado ao passado. As expectativas que se projetavam para além das experiências vividas não eram especificamente para este mundo, mas sim para o *outro*, para o além, numa espera apocalíptica ou milenarista do fim do mundo. E quando estas não se realizavam, podiam simplesmente ser renovadas para outro momento histórico, adquirindo cada vez mais a possibilidade de acontecerem; então, de “uma expectativa frustrada do fim do mundo até a seguinte passavam-se gerações, de modo que a retomada de uma profecia do fim do mundo ficava incrustada no ciclo natural das gerações” (Ibidem, p. 316). Enquanto que as profecias excederiam o horizonte da experiência calculável, o prognóstico, por sua vez, estaria integrado à situação política. Sem o domínio das predições apocalípticas, as expectativas deixaram de se estender para o além e a relação com o porvir transformou-se gradativamente em prognósticos racionais. Eles se baseavam no preceito de que o futuro não seria algo inevitável, mas formado por um conjunto de possibilidades finitas com diferentes graus de probabilidade – a expectativa de vida dos soberanos, suas forças militares mobilizáveis, seu poder econômico.

O passado das experiências e um futuro de expectativas: essas duas categorias históricas “que entrelaçam passado e futuro” (Ibidem, p. 308) desenvolvidas por Reinhart Koselleck nos ajudarão a compreender o *espaço de experiência* de Manuel Bocarro que o levou a conceber um *futuro de expectativa* para Portugal na Idade Moderna, com base no judaísmo e messianismo.

O *espaço de experiência* é o passado com as memórias, os vestígios, as “fontes” para um historiador. Lá está o conhecimento transmitido por gerações e instituições. Koselleck entende *espaço* porque a experiência “se aglomera para formar um todo em que muitos estratos de tempos anteriores estão simultaneamente presentes, sem que haja referência a um antes e um depois” (Ibidem, p. 311).

O *horizonte de expectativa* corresponde a tudo que ainda virá, ao que hoje é apenas esperado, que não pode ser experimentado, somente previsto. *Horizonte* significa “aquela linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência, mas um espaço que ainda não pode ser contemplado” (Ibidem, p. 311).

Estas duas categorias não se opõem uma à outra, com em uma dicotomia, e sim repercutem entre si, sendo complementares, onde uma experiência ou o “registro de uma experiência referido a um passado remoto pode produzir, em outra época, expectativas relacionadas ao futuro” (BARROS, 2010, p.68).

Elas também são categorias formais, pois seu objeto, aquilo que se experimentou e o que se espera, não pode ser deduzido imediatamente. Outras categorias da ciência histórica também são entendidas em relação a seu caráter formal, como “forças produtivas” e “relações de produção”, ou “senhor” e “escravo”. São categorias que tratam das condições que tornam a história possível, mesmo que seu significado não diga nada concretamente acerca da história que se passou. Para Koselleck, entretanto, as duas categorias da temporalidade descritas acima carregariam um maior grau de generalidade em comparação com “senhor” e “escravo” ou “forças produtivas” e “relações de produção”. Estas categorias, apesar de um alto grau de generalidade, remetem ou já remeteram a realidades históricas, isto é, já foram conceitos políticos, econômicos ou sociais. *Espaço de experiência* e *horizonte de expectativa* seriam então categorias muito mais formais, assim como os conceitos de espaço e de tempo.

As categorias mencionadas tematizam uma “condição humana universal” que torna possível a existência da história real: a relação do homem com a temporalidade. Participam de um dado antropológico prévio que possibilita a história nos planos cognitivo e real. A existência da história só é possível, tanto no plano da realidade, quanto no do conhecimento, na medida em que os homens são seres temporais, isto

é, conformados, em grande medida, pelas experiências do passado, mas também capazes de planejar um futuro, atualizando-o no presente (PEREIRA, 2004, p. 45).

Koselleck afirma que o tempo histórico é ditado, de forma sempre diferente, pela tensão entre experiência e expectativa, e um bom exemplo seria a estrutura de um prognóstico. O teor de verossimilhança de um prognóstico não é baseado apenas naquilo que alguém espera, porque é possível o inverossímil ser esperado inclusive. “A verossimilhança de um futuro previsto decorre, em primeiro lugar, dos dados anteriores do passado, cientificamente organizados ou não” (KOSELLECK, 2006, p. 311); assim sendo, as experiências liberam os prognósticos e os orientam, a partir de um “diagnóstico”. Contudo, prognosticar algo deduzindo somente das experiências, ou não usar nenhuma delas, incorrerá em erro, negligenciando de uma característica estrutural da História, “de que o futuro histórico nunca é o resultado puro e simples do passado histórico” (Ibidem, p. 312).

Em sua tese de doutorado, Moreno-Carvalho identificou 16 obras³ publicadas por Bocarro ao longo de sua vida, e as classificou nos seguintes campos temáticos: poesia, filosofia – apologética judaica –, alquimia, medicina, física, astronomia, astrologia e messianismo, onde aparecem temas políticos inclusive (MORENO-CARVALHO, 2011, pp. 9 e ss.). Optamos por não citar e descrever cada uma delas, explicando apenas aquelas que usaremos neste trabalho. E também preferimos ao longo deste trabalho manter a grafia das palavras e a pontuação original de acordo com as edições de 1624 (*Anacephaleoses da Monarchia Lvzitana*), e 1626 (*Luz pequena, Lunar, E estelífera Da Monarchia Luzania*), para retratar o conhecimento da época e como a língua portuguesa evoluiu desde então.

Buscaremos neste trabalho expor o pensamento de Bocarro que o levou a prognosticar sobre o futuro do reino luso, e para tal, seremos “fieis” ao título do seu livro que abordaria a história da monarquia portuguesa, *Anacephaleoses da Monarchia Lvzitana*. Deste modo, faremos um anacefaleose, uma recapitulação da história de Portugal, examinado alguns episódios mencionados por Bocarro em duas obras suas que optamos por trabalhar, o *Anacephaleoses* (1624) e o *Luz pequena, Lunar, E estelífera Da Monarchia Luzania* (1626), juntamente com análises sobre seus aspectos políticos, sociais e culturais. O nosso problema de pesquisa será, então, tentar reconstruir o espaço de experiência de Bocarro, que o levou a

³ Ver Anexos.

conceber um horizonte de expectativa para Portugal. Dessa forma, a nossa proposta é relacionar os eventos históricos com as profecias de Bocarro que versam sobre as causas que fariam a monarquia portuguesa ser a última e mais poderosa do mundo, para assim concluirmos o seu pensamento messiânico conjuntamente com o contexto histórico vivido – direta ou indiretamente – por Bocarro.

O nosso estudo compõe-se de dois capítulos sobre a história de Portugal. No primeiro capítulo, “Experiência da Monarquia Lusitana”, apresentaremos ao leitor uma biografia de Manuel Bocarro, sua vida como cristão-novo que judaizava secretamente, os lugares que frequentou e sua relação com fidalgos portugueses e castelhanos. Analisaremos depois as duas obras suas que usaremos neste estudo, que serão referidas como *Anacephaleoses* e *Luz pequena*. Mostraremos como elas estão constituídas, que partes usaremos para os objetivos que propomos e como elas são interessantes para o estudo da obra de Bocarro. A partir disso, veremos na dinastia de Avis, a detentora da coroa nesse período, um importante agente responsável por transformações na sociedade portuguesa, transformações que influenciaram diretamente a vida dos judeus portugueses, como a conversão forçada que os tornou cristãos-novos. Explicaremos então sobre o fator messiânico presente no reino, que ganhou força com o desaparecimento do rei D. Sebastião e o início da União Ibérica.

O segundo capítulo, “Expectativa do Império Lusitano”, retrata Portugal sob domínio filipino, encontrando no sebastianismo “o sonho de um povo que perdera o rei em circunstâncias trágicas e julgava poder recuperá-lo em circunstâncias miraculosas” (CIDADE, 1940, p. 199). A tragédia de Alcácer Quibir e a perda da independência levaram o reino a acreditar e esperar no retorno redentor do soberano. Discutiremos se Bocarro, mesmo sendo judeu, seria sebastianista ou messianista brigantino. Por fim, analisaremos seus versos sobre o passado e o futuro luso, e como era entendida a astrologia na Idade Moderna, especialmente a Teoria da Influência Celeste. Veremos ainda como a esperança de Bocarro nos astros se relaciona com os escritos de d. João de Castro sobre a Quinta Monarquia e os escritos do padre Antônio Vieira sobre o Quinto Império.

1 EXPERIÊNCIA DA MONARQUIA LUSITANA: O PASSADO DE BOCARRO, DE AVIS, DOS JUDEUS E DE D. SEBASTIÃO.

1.1 MANUEL BOCARRO FRANCÊS

Neste trabalho será realizada uma análise do contexto histórico de Portugal na Idade Moderna, apontando alguns fatos e temáticas desse período que ajudarão a compreender parte da vida e da obra de Manuel Bocarro Francês, e de como ele prognosticou que Portugal seria a última e mais poderosa monarquia do mundo.

Manuel Bocarro Francês nasceu em Lisboa, no ano de 1593. Filho do médico Fernão Bocarro e de Guiomar Nunes, vivia no seio de uma família de cristãos-novos, mas, ao mesmo tempo, critpojudeus, pois havia casos de judaizantes tanto do lado materno como do lado paterno (MORENO-CARVALHO, 2011, pp. 24 e 29). Ele e seu irmão Antônio Bocarro estudaram no Colégio Jesuíta de Santo Antão, instituição de elite de Lisboa, criada em 1533 pelo rei D. João III. O colégio era tido como a principal instituição de ensino de matemática em Portugal na época e provavelmente Bocarro deve ter assistido a lições na avançada “Aula da Esfera”, cadeira criada na segunda metade do século XVI onde se ensinavam as bases da cosmografia (CAROLINO, 2003, p.173). Francisco Moreno-Carvalho salienta que o período de estudos de Bocarro com os jesuítas teria sido relativamente curto, o que não exerceria grande influência nos escritos astronômicos e sebastianistas posteriores (MORENO-CARVALHO, 2011, p. 41).

Sobre sua juventude, a melhor fonte de informações é o testemunho de seu irmão Antônio para o Santo Ofício da cidade de Goa, na Índia, em 1624. Vivendo uma dupla vida religiosa, Antônio e Bocarro seguiam a Lei de Moisés, viam-se como judeus, realizavam jejuns, eram contra o culto aos santos católicos e inclusive durante a missa Bocarro recitava “passagens dos Salmos e de outros livros da Bíblia, relacionados à vinda do Messias já que ele esperava a vinda do Messias como os judeus ainda esperam” (Ibidem, p. 35).

Tempos depois, Bocarro partiu para Castela para estudar medicina. Na Universidade de Alcalá de Henares obteve o grau de bacharel, e na Universidade de Sigüenza, o grau de licenciado. De volta a Lisboa, Bocarro observou os cometas que cruzaram o céu em 1618 e no ano seguinte publicou, com base em cálculos matemáticos de astrônomos modernos e refutando postulados da cosmologia aristotélico-ptolomaica da época, seu primeiro livro, intitulado *Tratado dos Cometas que Apareceram em Novembro Passado de 1618*. Devido ao seu caráter extraordinário e episódico, de modo que a ciência da época era incapaz de prever sua ocorrência, um cometa sempre gerava uma série de interpretações simbólicas, sendo

relacionado frequentemente a desastres, como morte de reis e queda de monarquias (CAROLINO, 2003, p. 170).

Em 1620 Bocarro recebeu autorização para exercer a prática médica em Portugal, cuidando de nobres como D. Frei Aleixo de Meneses, governador do Estado da Índia e vice-rei de Portugal e d. Baltasar de Zuñiga, primeiro ministro do rei Filipe IV de Espanha (III de Portugal), presidente do Conselho de Estado da Itália e tio do Conde Duque de Olivares, valido de Filipe IV. Seria desse contato com Zuñiga na corte de Madrid, em 1622, que Bocarro teria começado a pensar no seu próximo livro – um lugar um tanto incomum para conceber um livro sebastianista.

Anacephaleoses da Monarchia Lvzitana, de 1624, publicado em Lisboa, seria uma tetralogia sobre a história da monarquia portuguesa, de inspiração épica e com forte cunho nacionalista e heroico. Apenas a primeira parte da obra chegou a ser impressa, intitulada *Stado Astrologico*, visto que as outras partes, os outros *anacefaleoses*, geraram fortes suspeitas entre as autoridades espanholas, levando à proibição de sua impressão, queima dos escritos já impressos e prisão de Bocarro. Ele ficou preso durante dois meses no Tronco, a prisão central de Lisboa na época, porque seu livro foi desaprovado “pela censura régia, e não pela episcopal ou inquisitorial, e esteve preso por ordem da justiça secular” (HERMANN, 1998, p. 215), ao contrário do que Luís Miguel Carolino afirma⁴, entendendo que a denúncia de Antônio Bocarro ao Tribunal do Santo Ofício sobre parte de sua família exercer práticas judaizantes, também em 1624, seria o principal motivo para a saída de Bocarro e sua esposa do reino, no ano seguinte. Além de Jacqueline Hermann, já citada, Moreno-Carvalho conclui igualmente que o motivo da prisão foi mais político do que religioso, pois Gabriel Pereira de Castro, responsável por prender Bocarro, era corregedor do crime e não dos delitos de heresia (MORENO-CARVALHO, 2011, p. 52).

O primeiro destino de Bocarro fora de Portugal foi a cidade de Roma, onde publicou, em 1626, *Luz pequena, Lunar, E estelífera Da Monarchia Luzania*, um pequeno livro explicando o porquê dos outros *anacefaleoses* não terem sido impressos, além de explicações sobre o significado de algumas estrofes do *Stado Astrologico*, trechos do que seria o quarto *anacefaleose* e um prefácio de Galileu Galilei. Nessa obra, Bocarro versa sobre o profetismo político e o messianismo em geral, prognosticando o advento de uma época de paz generalizada sob a égide de uma monarquia universal. Com base em observações

⁴ CAROLINO, 2006, p. 17. In: FRANCÊS, Manuel Bocarro, 1626.

astronômicas e juízos astrológicos, Bocarro confere essa função à monarquia portuguesa, e particularmente à Casa de Bragança.

Entre 1627 e 1631 não temos informações sobre a localização de Bocarro, salvo apenas uma carta sua para um nobre português, conhecida como *Os Aforismos do Bocarro Francês*, de 1627 e que talvez tenha sido escrita na Península Ibérica (Ibidem, pp. 85 e 197). Entre 1632 a 1650, Bocarro residiu na cidade de Hamburgo, onde se “reconverterá” ao judaísmo, tendo-se circuncidado, alterado seu nome para Jacob Rosales e passado a frequentar a sinagoga. Além de atuar como médico, Bocarro/Rosales agiu como intermediário entre a coroa espanhola e as cidades hanseáticas, graças a sua amizade com o general português d. Francisco de Melo, que servia a Filipe III de Portugal, sendo seu conselheiro e astrólogo, e inclusive em certos momentos, Bocarro chegou a prejudicar interesses portugueses na região (FRADE; SILVA, 2011, pp. 78 e 80). Pelos seus serviços prestados aos Habsburgos, o imperador do Sacro-Império Romano-Germânico, Ferdinando III, lhe agraciou com o título de Conde Palatino.

No início da segunda metade do XVII, o exercício de Rosales como representante espanhol em Hamburgo terminou, devido primeiro à queda do conde duque de Olivares em 1643, com quem Rosales se alinhara politicamente, o que provocou mudanças na política da coroa espanhola. Segundo, a morte de d. Francisco de Melo, o que resultou na sua saída da cidade, intensificada pelo fato de outro irmão seu, Gaspar Bocarro, também o denunciar diante do Santo Ofício de Portugal; e ainda o falecimento de seu único filho, suscitando acusações de negligência sobre Rosales, de que teria “acreditado na astrologia, nos vaticínios que apontavam para a cura de seu filho e não para os sinais clínicos, para os procedimentos que poderiam tê-lo curado” (MORENO-CARVALHO, 2011, p. 76).

Saindo de Hamburgo em torno de 1652-53, Rosales dirigiu-se para Livorno, na Itália, onde havia uma comunidade de judeus hispano-portugueses e onde vivia uma irmã sua e outros familiares. Ele também frequentava a corte dos Médici em Florença, divulgando seus escritos e atuando como médico. E foi a caminho de Florença onde ele faleceu, em 1662, para atender a duquesa de Strozzi.

1.2 ANACEPHALEOSES DA MONARCHIA LVZITANA

Seguindo a cronologia, a primeira obra de Bocarro que descreveremos intitula-se *Anacephaleoses da Monarchia Lvzitana. Pello Doctor Manoel Bocarro Frances, Medico, Philosopho, & Mathematico Luzitano. Dirigidos ao Senhor della el Rey N. Senhor. Anno 1624. Com todas as licenças necessárias. Em Lisboa. Por Antonio Alvarez.*

Compõe-se de 58 folhas, impressas frente e verso, com escritos em prosa e em verso. No verso da primeira folha temos a *Licença* que permitiu sua publicação, assinada pelo jesuíta d. Jorge de Cabral e pelo bispo inquisidor-geral d. Fernão Martinez Mascarenhas, além de Damião Viegas, D. de Mello, I. Ferreira e V. Caldeira, provavelmente funcionários da Coroa. Na página seguinte está a *Dedicatória a el Rey N. Senhor no seu Conselho de Portugal, na Corte de Madrid*. Conselho este criado por Filipe II de Espanha para administrar os territórios portugueses, sendo constituído somente de naturais do reino luso e inserido no sistema polissinodal, no qual o governo de cada uma das parcelas da Coroa espanhola era da competência de um conselho territorial, onde o rei delegava poderes de administração. Bocarro escreveu para o rei:

Agora, poderoso Monarcha, q Portugal parece que esta tão caída, com as ruynas de seus estados, & frotas, me offereço a explicar esta Monarchia, pera que levantado deste sono se eternize no mundo, fazendo nelle insigne a seu Rei, como ja fizerao a todos os passados⁵.

No verso dessa página está a *Protestaçam em que o Autor declara seu intento*, onde Bocarro antecipa-se em justificar que as suas anotações, palavras e sentenças regulam com a fé católica, por causa da censura inquisitorial. Nas quatro páginas seguintes, o autor, na *Advertencia ao Lector*, explica que preferiu empregar as suas horas na meditação de algumas rimas sobre a monarquia portuguesa, do que qualquer outra forma de passatempo. Por ter escolhido a monarquia e não algum varão, Bocarro foi criticado, assim como fora Camões – quem desejava imitar. Adiante, são descritos os quatro anacephaleoses, “convem a saber compendios, os tres vltimos dividi noutros fragmentos”⁶ – ou seja, nessa pequena frase Bocarro busca explicar o que significaria o título do livro e que tais “tratados sucintos ou resumidos sobre dada ciência ou disciplina”⁷ estariam em outros escritos seus.

⁵ BOCARRO, 1624, fl. 2f. Nas próximas referências, usaremos o título do livro seguido do número da folha, a indicação frente (f) ou verso (v) e a oitava correspondente, se houver. Exemplo: ANAC, fl. 6f, oit. 5.

⁶ ANAC, fl. 3v.

⁷ Significado de compêndio: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=comp%EAndio> Acesso em: 18/10/14.

Para além dessa explicação sobre o termo *Anacephaleoses*, optamos por apresentar também a sua significação no *Vocabulario Portuguez & Latino*, do clérigo Raphael Bluteau. Impresso em 1728, é conhecido como o primeiro dicionário da língua portuguesa⁸. *Anacephaleose* originar-se-ia da palavra grega *cephalos* (cabeça), significando recapitular ou reduzir a capítulos sumários. Bluteau cita inclusive Bocarro, contando que ele “imprimiu um livrinho em versos Portuguezes, com suas annotaçoes, na officina de Antonio Alvarez, anno de 1624, intitulado *Anacephaleoses da Monarchia Lusitana*”. Esse é o modelo do primeiro – e único – anacephaleose da obra, dedicado a “Phelippe III”:

E no I. Anac. (que intitulo Stado Astrologico & dedico a sua Magestade, como o Sõr desta Monarchia:) mostro Astrologicamente como em Portugal ha de ser a vltima, & mais poderosa Monarchia do mundo [...] ⁹.

Dessa maneira, Bocarro na verdade resumiu em sua obra as causas que justificariam Portugal tornar-se um reino poderoso, e não uma recapitulação *par excellence* da história da monarquia portuguesa. A principal característica da escrita de Bocarro é o uso de hipérboles e exageros para engrandecer a história portuguesa que ele se propôs a resumir. Mas devido ao seu estilo obscuro, críptico e com algumas estrofes fora da ordem para dificultar a compreensão da sua mensagem entre os censores reais, a obra constitui-se em difícil leitura, “de nenhum valor literário” (BESSELAAR, 1987, p. 65), mas com certeza histórico.

Sobre os outros anacephaleoses não publicados, Bocarro explica que o segundo, chamado *Stado Regio*, cantaria todos os reis de Portugal, desde Afonso Henriques até Filipe III; o terceiro, chamado *Stado Titular*, especificaria os títulos eclesiásticos e seculares da monarquia, além de uma breve narração das terras sujeitas à Coroa; e o quarto e último anacephaleose, *Stado Heroico & Particular*, oferecido a d. Teodósio, duque de Bragança, “por ser o principal Heroe desta Monarchia”¹⁰, relataria os varões ilustres do reino, conhecidos por seus feitos heroicos e famosos.

Na folha seguinte inicia-se o *Stado Astrologico*, composto por 131 estrofes de oito versos cada, chamadas ao longo deste trabalho de “oitavas”, retratando uma conversa entre Bocarro e uma ninfa representando a Honra. A partir daí, enuncia-se que em Portugal se estabelecerá o derradeiro governo sobre a terra, através de três acontecimentos astronômicos:

⁸ BLUTEAU, Raphael. **VOCABULARIO PORTUGUEZ & LATINO, aulico, anatomico, architectonico...** Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>>. Acesso em: 14 nov. 2014.

⁹ ANAC, fl. 3v.

¹⁰ ANAC, fl.4f.

a conjunção dos planetas Saturno e Júpiter, a mudança dos auges dos planetas e do Sol, e a mudança da excentricidade do Sol.

Das oitavas 37 a 56, temos acrescentados versos sobre a Alquimia e a Pedra Filosofal, que destoam das outras oitavas em relação ao assunto e à sua forma, pois foram impressos em caracteres regulares, semelhantes às demais partes, como a *Licença* e a *Advertencia ao Lector*, enquanto que as outras oitavas foram impressas em caracteres itálicos. Não faz parte dos objetivos deste trabalho tratar dessas estrofes alquímicas, apenas ilustraremos que elas são citadas e explicadas na *Anotaçam Chrysopea* – a primeira de duas anotações em prosa onde o autor selecionou alguns versos e esclareceu seus significados – o que significaria que elas não foram colocadas erroneamente no livro.

A outra anotação, a *Astrologica*, revela-se muito importante para compreender o verdadeiro significado de várias oitavas do primeiro anacefaleose, e como Bocarro calculou sobre Portugal ser a última monarquia do mundo. O motivo para a sua composição estaria na visita de Bocarro a d. Baltasar de Zuñiga na corte de Madrid, em 1622, onde ele teria pedido um epílogo para que fosse dado ao rei,

porque nos versos fica com muyta obscuridade este ponto Astrologico, me pareceo, que era necessario fazer sobre as oytavas que delle tratão tambem alguma breve annotação Astrologica; pera que desta maneira fique mais claro, o de que tratamos¹¹.

Dessa maneira, além do *Luz pequena, Lunar, E estelífera Da Monarchia Luzania*, no próprio Anacephaleoses está presente uma explicação sobre as oitavas, algo admirável para o estudo da obra de Manuel Bocarro.

No contexto da literatura do Seiscentos, encontramos o Anacephaleoses pertencendo ao gênero poesia épica, juntamente com outras publicadas entre 1580 e 1640 e listadas por Hernani Cidade. São escritos carregados de motivos patrióticos, voltados simplesmente para exaltação nacional, como *O Condestabre de Portugal* (1609), de Francisco Rodrigues Lobo; *Afonso Africano* (1611), de Vasco M. de Quevedo Castelo Branco; e *Anacephaleoses da Monarchia Lvzitana* (1624)¹², de Manuel Bocarro Francês. Nas três obras “à alma colectiva, assim deprimida pela situação que os infortúnios da Pátria lhe criaram, abriam os poetas os caminhos normais da evasão”. No Anacephaleoses, essa evasão foi no sentido “das glórias

¹¹ ANAC, fl. 30f.

¹² Erroneamente Cidade (1940, p. 55) indica que o livro de Bocarro foi publicado em 1616, sendo o único autor a sustentar essa data, pois na versão impressa temos a data de 1624 suficientemente legível, na primeira e última páginas.

utópicas do futuro, em sonho carregado de magníficas promessas” (CIDADE, 1940, pp. 78-79).

Já no contexto da administração do Marquês de Pombal, o livro foi queimado pela Mesa Censória em 1774, alegando Bocarro pertencer à ordem jesuítica, a partir dos principais assuntos tratados por ele nas oitavas, como:

Que o Principio, e Fim das Monarquias, e Impérios do Mundo estão pendentes do Curso, e Movimento dos Astros; e que por Cálculos Astrológicos se provava, que no Século passado havia de acabar o Império Otomano; em cujo lugar se levantaria outro novo Império em Portugal; declarando, qual dos Soberanos desta Monarquia havia de ser o primeiro Imperador do novo Lusitano Império; cujo Chefe havia também dominar em todos os Povos sujeitos ao Imperador dos Turcos¹³.

1.3 LUZ PEQUENA, LUNAR, E ESTELÍFERA DA MONARCHIA LUZANIA

A próxima obra que descreveremos intitula-se *Luz pequena, Lunar, E estelífera Da Monarchia Luzania do Doctor Manoel Bocarro Frances Rosales. Explicassão do seu primeiro Anacephaleosis, impresso em Lisboa o anno passado, de 1624, sobre o Princepe encuberto, & Monarchia, ali prognosticada; Referense os versos do 4. Anacephaleos. por que os C. impediraõ, imprimirens; com os outros. R. Anno Christi: M. DC. XXVI.*

Compõe-se de 15 folhas, impressas frente e verso sem numeração, com escritos em prosa e em verso. A grande quantidade de erros ortográficos presente ao longo do livro – já há muitos deles no título, por exemplo – seria devido ao pouco conhecimento do impressor romano com a língua portuguesa, o que tornou algumas partes do texto pouco claras e com ambiguidades semânticas¹⁴. Usaremos neste trabalho a versão fac-símile do texto impresso em 1626, presente no estudo de Luís M. Carolino.

No verso da primeira folha, somos surpreendidos com um prefácio do astrônomo e matemático Galileu Galilei (1564 – 1642), onde elogia Bocarro como um “varão admirável e sumamente douto [...] principal entre os astrólogos”¹⁵. Por que há um texto de Galileu numa obra de caráter messiânico? De acordo com a análise de Moreno-Carvalho, é provável que Galileu não tenha escrito o prefácio para o Luz pequena, mas sim que tenha sido apresentado a diversos escritos de Bocarro, dentre eles o Anacephaleoses – que é o único nomeado no

¹³ EXCERTOS de documento, 1774. Ver Referências.

¹⁴ Carolino encontrou três versões manuscritas do Luz pequena, recorrendo a elas para esclarecer imprecisões e então formar um texto coeso. CAROLINO, 2006, p. 31. In. FRANCÊS, M. B., 1626.

¹⁵ LP, p. 72. Usamos a tradução do latim feita por Carolino.

texto – e então decidiu apoiar a publicação por considerar seu conteúdo de natureza científica relevante. Por algum motivo que nos é desconhecido, Bocarro não efetivou a publicação da tal obra, “restando uma carta de Galileu, um pequeno livro sebastianista e o uso espúrio da primeira na publicação do segundo” (MORENO-CARVALHO, 2011, p. 261).

Sobre o título da obra, valer-nos-emos primeiramente da explicação de Bocarro e, em seguida, de uma interessante interpretação de Moreno-Carvalho, que vai ao encontro dos nossos objetivos para este trabalho. Após a folha com o prefácio de Galileu, temos a dedicatória a um nobre de origem portuguesa e residente em Roma. As explicações sobre os significados de algumas oitavas do *Stado Astrologico* (o primeiro anacefaleose) estão em quatro segmentos do texto, nomeados “Fragmentos”. Esse aspecto explicativo presente nos Fragmentos só foi possível por serem em estilo discursivo e não poético e não terem passado pelo crivo da censura inquisitorial.

No *Fragmento 1. da luz pequena*, Bocarro relata que no *Stado Astrologico* tratava de duas monarquias, uma *imprópria* e outra *propriamente dita*. A *imprópria* seria a monarquia portuguesa, com a Luz pequena da Lua e estrelas, além dos outros três anacefaleoses que não foram impressos por causa dos castelhanos. A monarquia *propriamente dita*, também designada por *própria*, seria a superior, quase divina e universal, iluminada pela Luz Grande Solar e Perpétua, que seria um dia explicada. Ao aplicar aquela luz lunar para a monarquia lusitana, o autor revela que muitos nomes são “impróprios, equívocos e metafóricos” com profundos significados – “Monarchia Portugeza” significaria “restauração, de Portugal em sua antiga preminencia, governo, e prosperidade”¹⁶. Portanto, temos inicialmente uma contraposição entre a luz do Sol, relacionada ao divino e eterno, e a luz da Lua e das estrelas, associada ao plano terreno e histórico. E haveria, além disso, uma dinâmica entre estas duas esferas de realidade, com uma influenciando a outra, quando ele escreve “Ambas são entre si semelhantes [...] os sucessos são quasi paralellos nestas Monarchias”¹⁷.

Moreno-Carvalho desenvolveu uma interessante interpretação para o título do livro, a partir de um questionamento sobre o papel das estrelas no pensamento de Bocarro, pois aparentemente não haveria necessidade da presença delas na contraposição entre Sol e Lua. No pensamento judaico encontra-se o mito do “apequenamento da Lua”, com origem em um *midrash*, uma interpretação rabínica fundamentada em uma exegese bíblica, onde a Lua, ao atacar o Sol por ele também ter recebido uma coroa luminosa de Deus, foi punida com sua luz sendo diminuída e dividida com as estrelas à noite. Essa lenda foi relacionada com o Cativoiro

¹⁶ LP, p. 93.

¹⁷ LP, p. 93.

da Babilônia da Antiguidade, onde os hebreus deveriam expiar seus pecados, por meio de sacrifícios, pelo fato de Deus ter azequinado a Lua. E somente na era messiânica ela voltaria a brilhar como o Sol. Esse conceito de azequinoamento ganhou maior relevância a partir do século XVI, com a instituição do Yom Kippur Katan, “Dia Menor de Expição”, na véspera da Lua Nova, que é quando se inicia um mês no calendário judaico. Até os dias atuais o calendário judaico tem os meses baseados nos ciclos da Lua, para fixar as datas das festividades e serviços religiosos, e essa tradição teria iniciado após o cativo babilônico (MORENO-CARVALHO, 2011, p. 57-58).

Adiante, temos o *Fragmento 2. da Luz pequena*, onde Bocarro prossegue com a explicação de várias oitavas do Stado Astrologico, assim como no *Fragmento 3. de luz lunar*, o menor fragmento dos quatro e que traz um nome diferente dos anteriores. Por fim, o *Fragmento 4. da luz estelífera*, no qual o autor “mostra que ha de ser este Rey, que alguns chamaõ Encuberto; não por estallo, mas por entonces se descobrir com major grandeza, E se allevará esta Monarchia”¹⁸. Além de continuar esclarecendo o significado de algumas oitavas, Bocarro descreve ainda sobre a presença do Encoberto no quarto anacefaleose, que está impresso no Luz pequena.

Antes de iniciar o anacefaleose, temos a *Cauza porque se não imprimiraõ os outros Anaceph. e principio do 4.*, onde Bocarro relata a proibição da venda dos primeiros anacefaleoses já impressos e da continuação da impressão dos outros. Os castelhanos alegaram que “incitava ao povo, a que rebelasse contra el Rey”, e que o quarto anacefaleose “provocava ao Duque de Bragança a ser Rei, E aos Fidalgos a seguirem no”¹⁹. Por esse motivo Bocarro fora preso, sendo libertado graças a contatos com fidalgos portugueses. Quando questionado sobre o porquê de dedicar o quarto anacefaleose a d. Teodósio de Bragança e se Bocarro o queria como rei, ele respondeu que o duque nunca quis a coroa, “que he Principe quieto”. A sua presença no quarto anacefaleose justificar-se-ia devido ao “furor poético, divino, E Astrologico” que teria ditado as palavras a Bocarro.

Para “contextualizar” o leitor, Bocarro explica que ao final do terceiro anacefaleose, a ninfa que representa a Honra mostrou um escudo feito pelo deus Vulcano, onde estava retratado o reino luso, com suas conquistas e domínios. Escudo este feito para o senhor do “Templo da Honra” e, conseqüentemente, da monarquia portuguesa.

Temos, finalmente, os trechos do *Anaceph. 4. estado Monarchico, Henrico e Particular*, impressos em Roma e dedicados então a d. Teodósio de Bragança, pai do futuro

¹⁸ LP, p. 102.

¹⁹ LP, p. 106.

rei de Portugal, D. João IV. Constitui-se de 23 oitavas com hipérboles, referências mitológicas, alguns versos confusos e explícitas referências a d. Teodósio – por exemplo: “Recebe, ó Duque Régio, o forte escudo”²⁰ e, mais óbvia ainda, “Defendea [a monarquia portuguesa], Grão Theodosio, como tua”²¹.

Encerrando a sua obra, Bocarro expõe os motivos que o levaram a abandonar Portugal, advindos da inveja dos castelhanos por ter louvado os fidalgos portugueses e seu reino. Para evitar possíveis conflitos, ele moveu-se para “Italia, ou Alemanha” onde “me terá V. Excellencia a seu serviço”, pois prefere enfrentar a miséria nesses lugares, do que “poderosos inimigos” em Portugal²².

No contexto da literatura do Seiscentos, encontramos, além do *Luz pequena, Lunar, E estelífera Da Monarchia Luzania* (1626), outros exemplos de obras dedicadas a d. Teodósio, como *O Naufrágio do Sepúlveda* (1594), de Jerônimo Côrte-Real; e obras que cantavam a grandeza da casa de Bragança e seus titulares, como *Musa panegyrica in Theodosium* (1624), de Pinto de Sousa, e *Theatro da Mayor Façanha e Gloria Portugueza* (1642), de Diogo Ferreira Figueiroa (FRANÇA, 1951, pp. 111 e 241).

1.4 DINASTIA DE AVIS

Em 25 de Julho de 1139, d. Afonso Henriques de Borgonha e alguns soldados cristãos portugueses derrotaram um exército de mouros nos campos de Ourique, como era chamado o baixo Alentejo na Idade Média. Tal façanha só teria sido possível graças à aparição de Cristo para o futuro primeiro rei de Portugal antes da batalha. Em 1415, a conquista de Ceuta, no Marrocos, é considerada o início da expansão ultramarina portuguesa, por ser a catalizadora das atividades marítimas de grande vulto empreendidas pela dinastia de Avis (HERMANN, 1998, pp. 23-24). Sobre a aventura portuguesa no ultramar, Bocarro escreveu no *Stado Astrologico*:

78
[...]

²⁰ LP, p. 11, oit. 5.

²¹ LP, p. 115, oit 16.

²² LP, pp. 118-119.

Nos mares doutrem descobertos,
 De audazes finalmente atrevimentos
 Movidos no fervor da guerra expertos,
 Novo Império na Aurora edificação,
 Adonde a lei de Cristo eternizarão²³.

E foi exatamente a partir do século XV que o “Milagre de Ourique”, como ficou conhecida a batalha de Afonso Henriques, ganhou contornos milagrosos, com base em “um conjunto de discursos que foram construídos em torno da narração desse relato fundador que passou a orientar o sentido da história e da realeza portuguesa” (Ibidem, p. 149). Assim, resgatar e ressignificar Ourique significaria tentar encontrar um sentido sagrado para as grandes conquistas realizadas por um país e um povo pequenos, que só poderia ser o escolhido de Deus para a tarefa de espalhar a Sua fé e converter todos os povos (MAGALHÃES, 2004, p. 82). Bocarro se refere também a Afonso Henriques e à aparição de Cristo no Stado Astrologico, na estrofe abaixo:

58
 Quando cinco Agarenos superando
 O Santo Afonso, a quem Tonante incita,
 A Cristífera imagem venerando,
 A progênie no Céu viu quase escrita;
 Que na décima sexta extenuando,
 Se iria lhe prediz Sacro Eremita,
 Sustentando porém do etéreo Coro,
 Nova honra alcançaria e mais decoro²⁴.

Dois anos depois, no Luz pequena, Bocarro explicará que os nomes Afonso, Sebasto e Filipe – citados em outras oitavas – são “equivocos”²⁵ e significariam a função monárquica, e não os soberanos (AZEVEDO, 1947, p. 57). Sustentando a ideia de que essa oitava faria alusão ao Milagre de Ourique, temos no quinto verso e depois no sexto as expressões “décima sexta” e “Sacro Eremita” respectivamente. No famoso Juramento de Afonso Henriques, de 1596, forjado para reforçar o aspecto místico da batalha de 1139, e em escritos anteriores e posteriores, está presente a figura de um velho que teria aparecido para Afonso Henriques, primeiro em sonho e depois pessoalmente, como um enviado dos céus profetizando que até a

²³ ANAC, fl. 18f, oit. 78.

²⁴ ANAC, fl. 14v, oit. 58; LP, p. 77.

²⁵ LP, p. 96.

décima sexta geração²⁶ Portugal não seria vencido, mas que a partir dela a coroa não teria um sucessor luso, retornando ao normal um tempo depois (LIMA, 2005, p. 91).

Num segundo momento no *Anacephaleoses*, na *Anotaçam Astrologica*, Bocarro explica que Portugal construirá um império porque em seus monarcas haveria o que Cristo Crucificado disse a Afonso Henriques: “Eu sou o fundador, & destruidor dos Reynos, & Imperios, & quero em ti, & em teus descendentes fundar para mim hum Imperio, por cujo meio seja meu nome publicado entre as nações mais estranhas”. Ele prossegue comentando que a 16ª geração seria vencida, mas Deus cuidaria dela, como estaria escrito no Juramento e conforme dito pelo velho, ambos citados acima²⁷.

A tomada de Ceuta e, antes, a vitória na Batalha de Aljubarrota contra o pretendente castelhano ao trono e seu exército numericamente superior, deram a D. João I, fundador da dinastia de Avis, o epíteto de “o Messias de Lisboa”. Essa identificação teria origem na construção mística do rei na *Cronica de D. João I*, de Fernão Lopes, onde ele foi visto como um rei predestinado para a salvação de Portugal (HERMANN, 1998, p. 153). Essa tradição de incorporar elementos sagrados na história portuguesa é descrita por José V. D. Besselaar como típica de uma sociedade “sacral”. Nela, todas as áreas da vida individual e coletiva estariam direta e constantemente permeáveis à atuação do mundo sobrenatural. Nesta perspectiva, Besselaar entende que Portugal estaria em uma posição de inferioridade em relação à Europa de um modo geral, e à Península Ibérica em particular (BESSELAAR, 1987, pp. 10 e 22).

Essa “inferioridade” e sacralidade poderiam ser vistas a partir da cerimônia de aclamação do rei português, conhecida como “alevntamento”:

Nessa solenidade, a criança era posta em posição de destaque no colo da ama e a espada real era levantada “ao dito príncipe”, ao que se seguia uma sucessão de juramentos de obediência ao futuro rei. Após o juramento, os nobres beijavam a mão do infante, simbolizando o reconhecimento de sua condição real (HERMANN, 1998, p. 135).

Por serem “aclamados” ou “alevntados”, e não “coroados” ou “entronizados” como os reis franceses e ingleses, não havia a sagração dos monarcas com os santos óleos. Ao longo

²⁶: “Se iniciarmos a contagem dos monarcas portugueses uma geração após D. Afonso Henriques, teremos: 1ª D. Sancho I; 2ª D. Afonso II; 3ª D. Sancho II; 4ª D. Afonso III; 5ª Dom Dinis; 6ª D. Afonso IV; 7ª D. Pedro; 8ª D. Fernando; 9ª D. João I; 10ª D. Duarte; 11ª D. Afonso V; 12ª D. João II; 13ª D. Manuel I; 14ª D. João III; 15ª D. Sebastião; 16ª D. Henrique. Daí o uso deste argumento tanto por sebastianistas como pelos defensores da restauração portuguesa”. In: MAGALHÃES, 2004, p. 165.

²⁷ ANAC, fl. 56f. Bocarro escreveu a fala de Cristo em latim, mas achamos melhor colocar a versão em português comumente aceita como a “oficial” e usada por LIMA (2005, p. 92).

dos reinados, várias solicitações junto à Santa Sé foram feitas, pedindo pela unção régia, sendo a primeira delas justamente pelo infante d. Pedro, filho de D. João I. Porém, este e outros reis rejeitaram a ideia de Portugal submeter-se ao juramento de vassalagem a Roma, enquanto que a Igreja exigia também que a unção fosse realizada no braço ou no ombro, e não na cabeça, como era feita para os reis da França e Inglaterra (Ibidem, p. 136).

Sobre os atributos sagrados conferidos à história portuguesa em geral e aos reis em particular, usaremos o modelo proposto por Ernest Kantorowicz, no seu livro *Os Dois Corpos do Rei*. A teoria que dá título ao clássico trabalho do autor faz parte de uma série de formulações teológicas e jurídicas que procuravam distinguir a posição do rei em relação aos demais membros da sociedade medieval e moderna, constituindo um item fundamental no processo que culminou com a consolidação do poder absoluto dos reis (CATÃO, 2007, p. 4).

A teoria dos Dois Corpos do Rei buscava comprovar que o soberano, na realidade, seria composto por dois corpos: o natural, humano, e sujeito a qualquer vicissitude humana, como a doença, o pecado e a morte; e outro corpo, o político, sagrado e imortal, capaz de corrigir e eliminar as imperfeições do outro corpo, e cuja existência estava ligada à nação e à administração do reino e bem estar de seu povo. Kantorowicz afirma que “apesar de ambos os corpos serem indivisíveis, o primeiro era infinitamente superior ao segundo. Essa concepção originou a ideia da infalibilidade dos reis durante a Idade Moderna, um dos atributos do Absolutismo” (KANTOROWICZ apud CATÃO, 2007, p. 4).

Era no corpo político onde se concentravam os caracteres divinos atribuídos aos reis, sendo chamado também de corpo místico (KANTOROWICZ, 1998, pp. 25-26). Ele teve a base de sua concepção fundamentada no direito canônico, segundo o qual a Igreja e a sociedade cristã formavam um corpo místico, cuja cabeça era Cristo. A adaptação deste princípio à esfera do político fez com que os juristas transpusessem essa doutrina cristológica para a configuração do Estado e fizessem do rei a cabeça do reino.

1.5 CRISTÃOS-NOVOS E BANDARRA

O processo de centralização política promovido pelos monarcas portugueses, que ganhou força no reinado de D. João II (1481 a 1495), se manteve ao longo do reinado de D. Manuel (1495 a 1521). Isso foi possível graças à gradativa substituição dos laços de dependência pessoal pelas formas de organização impessoais e burocratizadas. O sistema de

clientelismo, o grande obstáculo para a centralização política do reino, era corporificado na Casa de Bragança, “a única casa senhorial capaz de fazer frente ao monarca era a do Duque de Bragança, de longe a mais rica do reino” (MAGALHÃES, 2004, p. 179). O governo de D. Manuel era polissinodal, constituído pelo príncipe, ministros, oficiais, tribunais e concelhos²⁸, com os órgãos possuindo autonomia funcional, vinculados à Coroa, responsável pelo equilíbrio do poder (Ibidem, p. 174).

Em 1496, o rei ordenou a publicação de um édito de expulsão dos judeus e mouros do reino. Para muitos cristãos, a sua salvação passava pela expulsão das duas minorias de infiéis que habitavam Portugal e que eram consideradas culpadas pelo que acontecia de ruim no reino (TAVARES, 1992, p. 160). Para parte da nobreza e mesmo do clero, a expulsão significaria a perda de riquezas e de conhecimento. Além disso, a historiografia reconhece no desejo de D. Manuel em se casar com a infanta d. Isabel de Aragão, filha dos Reis Católicos, um dos principais motivos para a persistência na expulsão dos judeus, pois a futura rainha estabelecera, como condição para o matrimônio, a saída de todos os hereges do reino (TAVARES, 1992, p. 162; HERMANN, 1998, p. 36). Ainda assim, em 1497, D. Manuel começou a mudar de posição a respeito dos judeus, atuando a favor da sua permanência, limitando o número de barcos e o número de portos para embarque, por exemplo. Na época da Páscoa, o rei deu início ao batismo forçado das crianças, para depois serem entregues a famílias cristãs. Posteriormente o batismo foi estendido para os jovens e para os adultos, sendo repudiado por alguns setores da Igreja. Maria J. P. Ferro Tavares considera tal fato como “un acto político: de política nacional, en su visión unitaria del estado moderno, y de política peninsular” (TAVARES, 1992, p. 165). D. Manuel conseguiu dessa maneira a aparente “unidade religiosa” com a conversão dos judeus, agora *cristãos-novos* e a expulsão da minoria moura para a Espanha. Todavia, o simples fato de existir uma distinção entre cristãos velhos e novos já demonstra o limite da integração forçada imposta pelo rei²⁹.

Em 1536, no reinado de seu sucessor, D. João III (1521 a 1557), foi estabelecido o Tribunal do Santo Ofício pelo papa Paulo III. Contando com forte apoio popular e que foi crescendo ao longo dos séculos XVI e XVII em todas as camadas sociais (Ibidem, p. 187), o

²⁸ Porção territorial ou parte administrativa de um distrito.

²⁹ “Após a conversão forçada, os judeus passam a ser denominados de várias formas nos documentos oficiais ou na vivência cotidiana. Os termos mais comuns eram: “gente da nação”, ou seja, gente da nação hebraica e todas as suas derivações “os da nação hebraica”, “os da nação”, “os da raça”, “gente nova”; “os da nação portuguesa”, “os portugueses” e “homens de negócio de Portugal” (nos países estrangeiros); “confessos”, “conversos”, “judaizantes” ou “critpojudeus” (quando persistiam nas práticas ancestrais “às escondidas”.) e de modo depreciativo, “marranos” (porcos) ou “judeus batizados em pé”. Há inclusive um termo hebraico pelo qual eles se referiam a si mesmos: b’nei anussim (filho dos forçados) ou simplesmente, anussim (forçados)”. In: CRESO, 2007, p. 5.

Tribunal tinha como função investigar os “desvios de fé praticados pelos cristãos-novos, cujos bens, em caso de condenação, poderiam ser confiscados ao Tesouro lusitano, contribuindo também para a manutenção da empresa mercantil no ultramar” (HERMANN, 1998, p. 36). A principal diferença da Inquisição ibérica em relação ao tribunal medieval da Inquisição está no fato de que, na península, ela esteve diretamente subordinada à monarquia e teve o antijudaísmo como principal característica persecutória.

O tema da Inquisição, presente em muitos escritos de intelectuais judeus ibéricos da Idade Moderna, esteve pouco presente nas obras de Bocarro. Temos, por exemplo, que o livro de 1619, *Tratado dos Cometas*, foi dedicado a d. Fernão Martinez Mascarenhas, bispo e inquisidor-geral de Portugal, quem também autoriza a impressão do *Anacephaleoses* em 1624. Em 1626, no *Luz pequena*, Bocarro escreveu no *Fragmento 2. da Luz pequena*, “efeitos inconsideráveis de João 3”, fazendo alusão ao fato do Tribunal ter sido instituído nesse reinado³⁰, e ao final do livro explicou que se ausentou do reino para evitar conflitos com fidalgos castelhanos, e não por ser criptojudeu³¹.

Na denúncia de Antônio Bocarro ao Santo Ofício de Goa, ele afirmou ter participado de reuniões em casas de cristãos-novos onde se estudava messianismo e sobre a Lei de Moisés, a partir de livros judaicos. Para Moreno-Carvalho, isso seria a prova da existência de atividade cristã-nova judaizante produtora de material intelectual, que se associará com diversos testemunhos sobre a literatura sebastianista, nomeadamente nas *Trovas* do sapateiro Bandarra.

É provável que parte da produção literária de Rosales em Portugal esteja ligada a estas atividades de reuniões com reflexões e discussões de cunho religioso-filosófico, assim como seu acesso a conhecimentos da tradição rabínica e da filosofia judaica medieval (MORENO-CARVALHO, 2011, p. 37).

Sobre o contato de Bocarro e do próprio povo português com a palavra impressa, foi preciso um crescente processo de alfabetização, que poderia ser identificado na circulação de pequenos folhetos ou papéis volantes desde o século XVI, sobre a vida de santos, príncipes ou heróis (HERMANN, 1998, p. 43) e, no XVII, em almanaques astrológicos com largas tiragens e reduzidos preços (CAROLINO, 2003, pp. 201-202). Claro que o impacto e a repercussão desses textos em grupos sociais amplos precisariam ser mais bem problematizados, mas para

³⁰ LP, p. 78.

³¹ LP, p. 119.

os limites desta monografia, mencionaremos sua presença apenas entre a comunidade de cristãos-novos.

Tradicionalmente, os judeus eram iniciados desde a infância “na difícil arte de seu idioma sagrado” (HERMANN, 1998, p. 44), dedicando-se durante anos com a leitura do Talmude, a obra mais importante da Torá oral. Partindo dessa convivência com a literatura escrita mantida entre os cristãos-novos, encontramos o cristão-velho Gonçalo Annes (ou Eanes), o Bandarra, como ficou conhecido, na intersecção entre os escritos populares citados acima e o meio criptojudáico onde teria convivido desde a infância.

Bandarra teria nascido por volta de 1500 na vila de Trancoso, onde viveu toda a sua vida exercendo o ofício de sapateiro. A historiografia não é unânime em apontar se ele era ou não descendente de judeus; quando processado pelo Santo Ofício sob acusação de “judaísmo e de incitar o público cristão-novo com suas profecias” (MORENO-CARVALHO, 2011, p. 142), os inquisidores escreveram na sentença o fato dele “ser amigo de novidades e com elas causar alvoroço em cristãos novos, escrevendo Trovas que por falta de declarações se entendiam em outra maneira” (MAGALHÃES, 2004, p. 31) e “que daqui por diante se não intrometa mais a responder, nem escrever em nenhuma coisa da sagrada escritura, nem tenha nenhum livro dessa maneira” (Ibidem, p. 31). Isso demonstraria a grande influência que Bandarra exercia sobre a comunidade, sendo considerado um líder religioso, uma espécie de rabi local, pelo fato de saber ler e escrever, ter tido acesso à Bíblia e por possuir boa memória para compor suas trovas (AZEVEDO, 1947, p. 10).

Escritas provavelmente entre 1530 e 1540, as *Trovas* contavam as glórias, dificuldades e o destino imperial de Portugal, criticando, além disso, a situação do reino e profetizando a vinda de um rei Encoberto que instauraria uma *aetas aurea*, uma era dourada de justiça e prosperidade. Leandro H. Magalhães, com base em Jean Delumeau, e outros autores, reconhece que, a partir dos séculos XV e XVI houve um crescimento e uma consolidação de expectativas messiânicas, levando muitos a acreditarem que o Juízo Final estaria próximo, por causa das guerras e pestes que assolavam a Europa. E inclusive a descoberta do Novo Mundo reforçaria esse imaginário nos séculos XVI e XVII, com a conversão dos últimos pagãos como sinal da última etapa do homem na Terra (MAGALHÃES, 2009, pp. 212 e 216).

1.6 MESSIAS E MESSIANISMO

Para os objetivos do presente trabalho, explicaremos o conceito de Messias, Messianismo, sua relação com o Milenarismo e como foi vivido pelos hebreus, judeus e cristãos-novos portugueses.

O termo “messias” deriva do grego *messias* que se originou do aramaico *mashiha* e do hebraico *mashiach* (“ungido”). No Antigo Testamento, *mashiach* fazia menção basicamente a um indivíduo investido com uma função social específica, visto que o processo de unção era administrado em reis, sacerdotes e outros oficiais religiosos (SOUSA, 2009, pp. 10-11). Sobre a distinção entre os conceitos de “ungido” e “messias”, Sigmund Mowinckel entende que o “primeiro aparece conectado normalmente a um rei temporal”, enquanto que o segundo “denota invariavelmente um figura escatológica” (MOWINCKEL apud SOUSA, 2009, p. 11).

Com o desenvolvimento dos estudos históricos da História das Religiões, gradativamente o conceito teológico de messias foi transformado em conceito histórico, com noções de sociológico inclusive. Desde então ele designou uma categoria específica de líderes religiosos, que poderiam ser lendários ou até mesmo históricos, sem relação com uma corrente religiosa determinada (QUEIROZ, 1977, p. 26). Baseando-se em estudiosos como Max Weber e Paul Alphandéry, Maria Isaura P. de Queiroz, no seu clássico estudo sobre o messianismo no Brasil e no mundo, define messias como “alguém enviado por uma divindade para trazer a vitória do Bem sobre o Mal, ou para corrigir a imperfeição do mundo, permitindo o advento do Paraíso Terrestre, tratando-se pois de um líder religioso e social” (Ibidem, p. 27). Esse indivíduo, que tanto pode ser mítico como histórico, normalmente é antecedido por um *tempo de expectativa messiânica*, em que um líder espiritual – um “pré-messias” – anunciaria a chegada do redentor.

Para o presente estudo optamos pela diferenciação proposta por Queiroz para os termos Milenarismo e Messianismo: ambos significam “trazer a salvação para uma coletividade” (Ibidem, p. 46), mas no Milenarismo não haveria sempre a figura de um messias. Juntamente com o Juízo Final, o Milenarismo advém das interpretações dos textos bíblicos apocalípticos; enquanto que o primeiro segue a tradição escatológica crendo no fim absoluto do mundo, o *Millenium* – mil anos de felicidade – crê no fim de um mundo que dará início a uma nova era de bem-aventurança (MAGALHÃES, 2009, p. 212).

Para Mowinckel, o ideal messiânico como tal só teria se desenvolvido em Israel com o fim da dinastia de Davi, a partir do Cativoiro, ou Exílio, da Babilônia, entre 586 a 539 a.C.. Dessa maneira, a expectativa messiânica somente faria sentido à luz da esperança de

restauração nacional. Queiroz também considera um momento de crise como o catalisador para o surgimento de movimentos messiânicos. Entretanto, como adverte Filipe P Monteiro,

um estudo monográfico de um caso particular de messianismo, sob a ótica da História Cultural – o que é mais comum nos dias atuais – não pode utilizar indiscriminadamente o conceito de messianismo tal qual elaborado por Pereira de Queiroz, pois implica uma série de interpretações que não fariam sentido ao serem adaptadas ao objeto de estudo (MONTEIRO, 2010, p. 99).

Queiroz parte de um prisma estruturalista, com a finalidade de fundamentar uma “sociologia geral do messianismo” (Ibidem, p. 96), que abarque diversas manifestações de variadas épocas e grupos sociais, apresentando uma abordagem estrutural, com o agrupamento de todos os movimentos messiânicos em um quadro conceitual único, por meio da abstração de seus fatores estruturantes. Para Portugal na União Ibérica e o movimento de Restauração, Queiroz classificou-o como:

uma sociedade global que se estruturou pela incorporação de duas outras, uma delas violentamente forçada e perdendo a autonomia política; o movimento visa a segregar do todo a sociedade dominada e restaurá-la em seu estado anterior de autonomia; para tal, reforça a estrutura e organização sociais existentes; o movimento é de segregação, restaurador e reforçador da coesão interna (QUEIROZ, 1977, pp. 143-144).

Essa categorização pareceu-nos correta para a história portuguesa em geral; no entanto, seguindo a crítica de Monteiro citada anteriormente, para o nosso caso particular de estudo, o messianismo régio de Bocarro, a proposta afigurou-se nos um pouco divergente e, logo, não totalmente representado na análise de Queiroz, como explicaremos melhor mais adiante.

Yonina Talmon, ao contrário de Mowinckel, acredita no pleno desenvolvimento do fenômeno messiânico hebraico não apenas no período do cativeiro babilônico, mas a partir da fundação da dinastia de Davi, em torno de 1.000 a.C., admitindo uma maior correlação entre a ideologia real do Israel antigo e o messianismo posterior (TALMON apud SOUSA, 2009, p. 12). Ele destaca a força simbólica da governança dos reis israelenses, cujo papel político na união das tribos dispersas de Judá e suas realizações administrativas teriam sido tão expressivos para a população, que imprimiram uma perspectiva temporal unilinear, gerando uma expectativa para um glorioso destino final (TALMON apud MONTEIRO, 2010, p. 89).

Além dos motivos citados anteriormente para o crescimento de expectativas messiânicas na Europa em geral – guerras, pestes, descoberta do Novo Mundo e leituras de textos bíblicos apocalípticos –, iremos agora tentar compreender os agentes que levaram ao desenvolvimento da cultura messiânica em Portugal. A sociedade sacral descrita por Besselaar, “onde todos os setores da vida estavam impregnados de religiosidade” (BESSELAAR, 1987, p. 22) estaria apoiada em três correntes de pensamento: as teorias do abade Gioacchino da Fiore – conhecidas como *joaquimismo* por causa do seu nome em português –, o judaísmo e “a terceira propriamente portuguesa, que fazia do reino e de seu povo o escolhido por Deus” (MAGALHÃES, 2009, p. 212). Para Besselaar, uma sociedade sacral seria a condição prévia de todo e qualquer messianismo.

Para os objetivos deste trabalho, não nos deteremos no joaquimismo, pois as obras do abade do século XII são praticamente desconhecidas para os dois principais divulgadores do messianismo seiscentista em Portugal, d. João de Castro e o padre Antônio Vieira, que serão estudados posteriormente.

Sobre o judaísmo, depois de descrevermos a manifestação do messianismo na Antiguidade, nomeadamente entre os hebreus e sua relação com a dinastia de Davi e o exílio na Babilônia, avançaremos para a Idade Moderna onde, na Península Ibérica do século XV, devido às perseguições sofridas, os judeus passaram a acreditar que a interferência do homem no processo divino era possível, o que abreviaria a vinda do redentor. Desta forma, possibilitou-se a configuração de uma personagem histórica, e não mais um sobre-humano, como objeto de espera messiânica (QUEIROZ, 1977, p. 28). Em Portugal, principalmente após a instauração da Inquisição e da conversão forçada, a expectativa messiânica judaica foi potencializada, causando o que Anita Novinsky chama de o “fenômeno do português encoberto”, ou seja, o cristão-novo clandestino (NOVINSKY apud MAGALHÃES, 2009, p. 217) – ou o criptojudeu como nos referimos neste trabalho. A esperança messiânica pode ser entendida como um modo encontrado pelos cristãos-novos de assumirem sua alteridade dentro da sociedade cristã, de continuarem se vendo historicamente como o povo eleito através da vinda do Messias.

Essa figura fortalece as influências do messianismo dos judeus nos portugueses, que consolidam o entendimento que tinham de si próprios como herdeiros dos hebreus do Antigo Testamento e como povo escolhido por Deus, com as profecias bíblicas sendo aplicadas tanto a Israel como a Portugal, ambos identificados como eleitos e com destinos supranacionais (Ibidem, 217).

A terceira corrente messiânica diz respeito à construção da identidade do povo português como o eleito de Deus, que acreditavam serem detentores de uma missão universal, justificando sua ação civilizadora em nome da conversão dos povos a partir de um lugar alternativo para a realização das profecias, que não seria Roma nem Jerusalém, mas Portugal. Com as fronteiras já praticamente delimitadas no século XIII, e o avanço da centralização monárquica a partir da segunda metade do XV, juntamente com transformações políticas e sociais, idealizou-se uma identidade cristã portuguesa, projetada para o futuro, onde os cristãos se uniriam e se separariam dos demais, mas associada também ao passado a partir da herança judaica, considerando todo cristão herdeiro de um passado glorioso descrito nos escritos bíblicos e religiosos (MAGALHÃES, 2004, p. 191).

1.7 D. SEBASTIÃO E O REI ENCOBERTO

Os três filhos de D. João III jurados herdeiros morreram jovens, antes que um deles pudesse assumir o trono. O último deles, o príncipe d. João, jurado herdeiro em 1539, se casou com d. Joana, filha do rei Carlos V e irmã de Filipe II de Espanha. Com ela teve d. Sebastião, futuro rei de Portugal, nascido no dia 20 de Janeiro de 1554 – e recebendo o epíteto de *O Desejado*. O príncipe d. João morrera poucos dias antes de seu nascimento; e o rei seu pai morreu em 1557. Então, por ter apenas três anos de idade, a rainha-mãe d. Catarina assumiu a regência do reino até seu neto alcançar a maioridade. Por ser castelhana e irmã do imperador Carlos V (Carlos I de Espanha), d. Catarina, pressionada pelas Cortes, renunciou em 1562; no seu lugar assumiu o cardeal D. Henrique, único irmão vivo de d. João III. Em Janeiro de 1568, aos catorze anos de idade, D. Sebastião assumiu o governo, em meio a uma grande expectativa criada, primeiro em torno do seu nascimento, depois para o seu reinado, e por fim para Alcácer Quibir, para a batalha e para o retorno do rei. Vivo ou morto.

O fato é que em 1578, com 24 anos de idade e mais de 15 mil homens, [...] d. Sebastião partiu para a África, recusando-se a ouvir os capitães experimentados em guerras africanas. Afastando-se da costa, foi ao encontro do exército do rei do Marrocos, nas proximidades de Alcácer Quibir, onde, nas palavras de Diogo do Couto, “metade de seus homens foram mortos e a outra caiu aprisionada”. Quanto ao rei, tudo se disse: desaparecera, ficara escondido para não ser aprisionado e, para a historiografia recente portuguesa, simplesmente morrera junto com parte de seus subordinados (HERMANN, 1998, p. 32).

Cerca de um mês depois da fatídica manhã de 4 de Agosto de 1578, a ansiedade do povo crescia rapidamente, gerando desespero e pânico entre os portugueses. Algumas mulheres “naturalmente afeitas a credices mágicas e superstições” (Ibidem, p. 127) teriam contribuído para o aumento de práticas divinatórias, o que Diogo Ramada Curto chamou de “serviços da magia considerada ilícita” (CURTO apud HERMANN, 1998, p. 159), como adivinhar o destino de um desaparecido pelo rosto da mãe, ou mulher dele. Em geral, a derrota, já tida como certa, tornou-se terrível por causa da ideia de desaparecimento do rei. A incerteza se ele estaria vivo provocou uma série de expectativas e histórias sobre o que teria acontecido com D. Sebastião no Marrocos. Teria ele regressado em algum navio, disfarçado e envergonhado pelo desfecho desfavorável da batalha? Ou estaria vagando pelo mundo, pagando pelos pecados para um dia retornar e levar Portugal a uma Idade de Ouro?

Sobre o rei desaparecido e o futuro do reino, Bocarro escreveu na oitava 57 que avistou alguém cercado por uma nuvem obscura, e então perguntou à Ninfa quem seria tal indivíduo, “Se o presságio da nuvem tão funesto / É de ruína, ou de imatura morte”³². A resposta da Ninfa se inicia na oitava 58, já abordada neste trabalho, sobre Afonso Henriques; e na oitava 59 ela continua:

Chegou-se o tempo não feliz, mas certo,
Que rogando evitar não posso ou basto,
Do Reino congregou o pouco experto,
A gente, que perdeu fatal Sebasto;
Da nuvem, como o viste, vai coberto,
Porque na morte, como vês, o engasto,
Que às vezes é defesa de mau fado,
Juízo para Deus só reservado³³.

Em 1627, o rei “coberto”, escondido, reapareceu para Bocarro nos *Aforismos do Bocarro Francês*, quando expõe que “A que chamão os lusitanos encuberto rey excelentemente e valentemente goza de felice esperança de recuperar seu estado que alcançava antes que o mundo ocularmente o veja” (MORENO-CARVALHO, 2011, p. 198).

Essa lenda sobre um rei denominado “Encoberto” encontramos nos escritos de Bandarra, d. João de Castro, Bocarro, padre Antônio Vieira e também em textos espanhóis do período. Em torno de 1520, portanto antes do nascimento de D. Sebastião, disseminaram-se escritos proféticos e trechos de lendas do rei Arthur na tradição popular e, na vizinha Espanha, algumas dessas profecias foram atribuídas a Santo Isidoro de Sevilha. Nelas previa-se o

³² ANAC, fl. 14v, oit. 57.

³³ ANAC, fl. 15f, oit. 59.

aparecimento de um príncipe português que destronaria o imperador Carlos V e governaria toda a Península Ibérica. Foi também no ano de 1520 que as *Coplas de frei Pedro de Frias* foram publicadas, como uma explicação em rima popular dos textos de Santo Isidoro, sobre “Un rey que non se descubre” (AZEVEDO, 1947, pp.18-19).

Histórias semelhantes de rei “encobertos” circulavam pela Europa, acompanhadas de um aspecto penitencial para com os reis. Constrangidos ou humilhados por alguma derrota ou insucesso no seu reinado, os monarcas se disfarçariam de mendigos, tornar-se-iam eremitas ou adormeceriam em cavernas, tudo para purgar os seus pecados e um dia retornarem e darem início a um tempo de paz e prosperidade para seu povo.

Apenas uma ou duas décadas depois das *Coplas*, as *Trovas* de Bandarra começaram a circular em Portugal, e diversos autores são unânimes sobre a influência de Pedro de Frias para a composição das trovas do sapateiro. Por exemplo, Bandarra diz sobre o Encoberto:

LXXV
 Já o Leão é experto
 Mui alerta.
 Já acordou, anda caminho.
 Tirará cedo do ninho
 O porco, e é mui certo.
 Fugirá para o deserto,
 Do Leão, e seu bramido,
 Demonstra que vai ferido
 Desse bom Rei Encoberto (MAGALHÃES, 2004, p. 271).

Nesse exemplo temos também uma mostra da influência cristã-nova nas *Trovas*, representada pela figura do Leão, símbolo da tribo de Judá, dos seus reis e presente na decoração das sinagogas (HERMANN, 1998, p. 67).

1.8 O ENCOBERTO PARA BOCARRO

Dedicado a Filipe III de Portugal, o Stado Astrologico, a primeira parte do Anacephaleoses, teria o monarca castelhano como o Encoberto para Bocarro. Na oitava 60 – depois da oitava 58 sobre Afonso Henriques e da 59 sobre D. Sebastião, ambas descritas acima – a Ninfa que conversa com Bocarro respondeu-lhe que “Já rayos contra o mundo (ah

grão Phelippe) / Mil vozes proclamando que o dissipe”³⁴. Das oitavas 82 a 89 estariam descritas algumas referências sobre o Encoberto, como: “E todo o globo Occidental, espera / Por seu dominador ao Luzitano, / Que restaure em seu seculo o de Iano”³⁵; “Helíaco descobrem nascimento / Do Varão no Occidente sem segundo [...] Será com mil grandezas descoberto”³⁶. Na Anotaçam Astrologica, Bocarro explica que um nascimento helíaco seria quando uma estrela ou planeta, no momento do nascimento de alguém, estaria oculta pela luz do Sol, sendo descoberta somente depois³⁷. E podemos imaginar que a expressão “sem segundo” se refira ao fato de D. Sebastião não ter deixado herdeiros, mas de acordo com Bocarro, o rei Encoberto seria um “descendente” do rei por ser português – voltaremos a esse assunto em breve.

Outra referência trazida pelo autor é o fato do Encoberto “Traz em seu nome o ferro”. Desde as profecias creditadas a Santo Isidoro, onde diziam que “El Encubierto tendra em su nombre letra de hierro”, a tradição sebastianista interpretou que o nome do rei Encoberto terá “letra de ferro” (MORENO-CARVALHO, 2011, p. 193). Na Anotaçam Astrologica, Bocarro conta que alguns autores viram no rei Fernando, o Católico, o cumprimento dessa profecia, mas que ele teria respondido que o nome com a letra de ferro seria de algum descendente seu. Bocarro então conclui: “O que confiamos em Deos que fará em nossos tempos seu descendente Phelippe”³⁸.

Já no Luz pequena, Bocarro deu outra explicação para o significado da letra de ferro. O verdadeiro autor do vaticínio teria sido seu “terceiro avô, em tempo del Rey dom João 2, chamado Dom N. Rosales”³⁹, e a partir dele se manifestaria o nome do Encoberto, usando os vocábulos hebraicos *barzel* (ferro) e *esh* (fogo) para designar quem revelaria o nome do rei oculto. Moreno-Carvalho demonstrou que as duas palavras juntas formam “em (no sentido *por meio de*) Rosales” (2011, p. 194), ou seja, o sobrenome que Bocarro voltou a usar depois que saiu de Portugal. Dessa maneira, a experiência profética de N. Rosales, que na sua época atribuiu a d. Jaime de Bragança o papel de Encoberto, proporcionou, anos depois, o horizonte de expectativas de Bocarro, quando ele diz “eu que sou taõbem Rosales, o aplico ao nosso Encuberto, que sera da mesma geração; pois a dos Reis he taõbem daquella caza; e ha muitos annos que co fervor de meu ânimo apregoo a este Princepe”⁴⁰.

³⁴ ANAC, fl. 15f, oit. 60.

³⁵ ANAC, fl. 18v, oit. 82.

³⁶ ANAC, fl. 19f, oit. 83.

³⁷ ANAC, fl. 56v.

³⁸ ANAC, fl. 57f.

³⁹ LP, p. 103.

⁴⁰ LP, p. 104.

Com o objetivo de esclarecer trechos do *Stado Astrologico*, o Luz pequena acabaria por revelar a identidade do Encoberto: “Será Português” previu Bocarro. O nome do rei não teria sido referido ainda no livro, por isso o equívoco dos sebastianistas ao esperarem D. Sebastião como o Encoberto. Mesmo tendo “certeza” que o rei não morrera no Norte da África, Bocarro adverte que não se deve esperar por ele, pois “Rey temos nelle”, porém não em pessoa, mas no sangue dos portugueses, seus herdeiros. Sobre o nome do tão aguardado rei, Bocarro revela que “Mil vezes estive pera o nomear; mas pareceo me temeridade”⁴¹, e que o descobriu no quarto anacefaleose “taõ claramente que pode apontarse com o dedo; se bem eu nunca o vi; mas sou como a Maõ do Relogio, que aponta as horas, e o sino as dá”. E conclui enfatizando a sua “qualidade” de escritor da história da monarquia portuguesa: “E contudo espero ainda vello e contar seus feitos e grandezas; e restituir as choronicas daquele Reino; que tem necessidade de minha correção, deligencia, verdade”.

Igualmente composto de oitavas, essa pequena obra saúda d. Teodósio, duque de Bragança e pai do futuro rei d. João IV, como o restaurador da monarquia portuguesa. A Ninfa Honra explica-lhe: “tu, como do Monarcha o mais parente,/ obrigação tens, Duque, de amparallo,/ E como proprio Atlante sustentallo”⁴². Mais adiante, a Ninfa é explícita: “Defendea, Grão Theodosio, como tua,/ o grão templo te entrego, dedicando / a teu nome, e valor, quanto na sua / caza [...]”⁴³. Para demonstrar sua escolha pelo duque, a Ninfa lhe ofereceu um escudo feito pelo deus Vulcano, e com ele “[...] o pátrio estado podés restaurar, Duque Famoso”⁴⁴, pois “de teu sangue nos Lusos o Encoberto”⁴⁵. Entretanto, d. Teodósio não aceitou o escudo, pois a majestade seria uma ambição muito grande para ele. Junto a ele estava seu filho, d. João, com os cabelos envolvidos por uma chama que não queimava, um sinal de que “este restaurará do Reino a perda,/ levantando por si, novo estandarte,/ sendo maior que os Pais”⁴⁶ – podemos entender o “novo estandarte” como a nova dinastia que então assumiu a Coroa, a dinastia de Bragança, em 1640. Por fim, Bocarro retomou a ideia de ser o responsável por designar o Encoberto, publicando o que viu por ordem da Ninfa, terminando com os versos mais citados entre os autores que o estudam:

23
 Eu o vi, Luzitanos, não me engano,
 Já temos o Monarcha descuberto;
 Alvíssaras me dai, do soberano;

⁴¹ LP, p. 102.

⁴² LP, p. 114, oit 12.

⁴³ LP, p. 115, oit 16.

⁴⁴ LP, p. 111, oit 5.

⁴⁵ LP, p. 115, oit 16.

⁴⁶ LP, p. 117, oit 20.

Bem, que aqui vos descubro firme, e, certo:
Eis restaurado o Reino Luzitano⁴⁷.

Ou seja, a partir da oitava 20, até a 23, a última do Luz pequena, temos que o “novo” Encoberto para Bocarro seria d. João de Bragança – o que tornaria a profecia correta, pois realmente d. João assumiu o trono português, como veremos no próximo capítulo.

⁴⁷ LP, p. 118, oit 23.

2 EXPECTATIVA DO IMPÉRIO LUSITANO: O FUTURO DA UNIÃO IBÉRICA, DO SEBASTIANISMO E DE PORTUGAL.

2.1 UNIÃO IBÉRICA

A crise dinástica de 1580, que levou à união de Portugal e Espanha na pessoa do mesmo soberano, não pode ser interpretada em “versões românticas”, como esclarece Joaquim V. Serrão, a favor de um ou de outro país. Tendo como palco a Península Ibérica, é preciso entender a dupla perspectiva que fundamentou a disputa pela sucessão no reino luso. No lado português, se o “patriotismo” entre aqueles que se opuseram a Filipe II é reconhecido, os outros portugueses não podem ser acusados de “traição” se apenas desejaram uma estabilidade para o reino. Em Castela, o rei, “além das vantagens políticas que resultavam da unificação peninsular, tinha igualmente razões válidas à luz do direito de que não podia abdicar” (SERRÃO, 2004, p. 245). Para os limites do presente estudo, descreveremos brevemente as disputas pela Coroa que levaram à União Ibérica sob o reinado de Filipe II de Espanha.

Aclamado em 28 de Agosto de 1578, então com 66 anos, o cardeal D. Henrique logo tratou de convocar as Cortes sobre a questão sucessória. Cristóvão de Moura, português residente na corte de Madrid e enviado de Filipe II, tinha como missão na sua terra natal prestar condolências pela morte de D. Sebastião, oferecer auxílio para o resgate dos fidalgos cativos no norte da África e defender os direitos do rei espanhol junto ao velho rei e seus conselheiros. Dos vários candidatos que surgiram almejando o trono, três possuíam “argumentos” mais fortes que o restante: Filipe II, rei de Castela e neto mais velho de D. Manuel; d. Catarina, duquesa de Bragança, também neta de D. Manuel; e d. Antônio, Prior do Crato, igualmente neto de D. Manuel, mas talvez bastardo, por ser filho de uma cristã-nova plebeia. Em Janeiro de 1580 morreu o cardeal-rei sem ter escolhido um sucessor, apenas tendo nomeado cinco governadores para assegurarem a regência.

Depois de uma campanha diplomática, ideológica e por fim militar – com o duque de Alba invadindo o Alentejo com o exército castelhano –, Filipe II de Espanha tornou-se também Filipe I de Portugal, aclamado em Março de 1581⁴⁸. Nas Cortes de Tomar ele jurou,

⁴⁸ Dinastia Filipina (ou Habsburgo) em Portugal (1580 – 1640). Ver Anexos.

entre várias promessas, não levantar novos tributos e que cargos nos ofícios dos governos seriam apenas ocupados por portugueses.

Desde 1580 que uma parte da nobreza lusa abandonara o paço e deslocara-se para o interior do país, para as suas terras, dando origem às *Cortes na Aldeia*. Para Serrão, esse movimento seria “para marcar o seu protesto contra a realeza estanha” (2004, p. 32); enquanto que para Eduardo d’Oliveira França, “nascia de um estado de espírito de derrota e despeito. Era uma fuga. [...] A nobreza não foi acuada pelas condições políticas, sociais e econômicas a refugiar-se nos paços provinciais. Foi porque quis. E quis porque estava entediada, desesperançada” (1951, p. 88). Nesses paços provincianos mantinha-se uma vida cortesã, ao mesmo tempo em que se alentava um sentimento de nostalgia e, mais tarde, de autonomia. Dentre todas elas, Vila Viçosa, onde estava a Casa de Bragança, era a mais opulenta, com cerca de dois mil fogos, dois conventos e vista como “um verdadeiro núcleo de resistência nacional, mantendo uma política de firme recusa ao processo de hispanização que tomara conta de Lisboa” (HERMANN, 1998, p. 223).

Para os cristãos-novos de Portugal, a União Ibérica teria sido vista como desfavorável para a sua permanência no reino. O rei Filipe representava o espírito da Contra-Reforma e do ideal de unidade “*Cujus regio, eius religio*”, para manter a união espiritual no seu império. Esse modelo de sociedade cristã ideal dificultava a total integração dos cristãos-novos, que solicitaram junto ao rei a abolição da distinção entre cristãos novos e velhos, não sendo atendidos, no entanto. O estatuto da *limpieza de sangre* foi outro fator negativo para a estadia no reino luso, pois ele excluía os conversos de cargos municipais, ordens religiosas e militares, por exemplo, ao exigir uma prova de que não havia algum antepassado judeu na família do pretendente ao cargo público. Apesar desses motivos, para França, a incorporação de Portugal no Império Espanhol apresentaria um lado satisfatório para os cristãos-novos, pois “seria um alargamento extraordinário de sua esfera de ação: novos mercados se haviam de oferecer” (1951, p. 302). Essa burguesia teria se beneficiado com o alargamento da área do tráfico, a convergência de metais para a Península e o desenvolvimento da economia colonial no Brasil.

Em 1598, Filipe II de Portugal assumiu o trono, promovendo o processo de integração dos dois reinos para minar a autonomia portuguesa, juntamente com o novo vice-rei, Cristóvão de Moura, que havia trabalhado como emissário do rei anterior. Único monarca a visitar o reino luso durante o período filipino, em 1619, o que teria contribuído para aumentar o sentimento autonomista da população, pois muitas pessoas foram obrigadas a ceder suas

casas para o séquito real, o que gerou protestos. Nesse governo, os cristãos-novos conseguiram por 200 mil cruzados uma licença para sair do reino e a abolição do designativo que os diferenciava dos cristãos-velhos (Ibidem, p. 303). Mas em 1610 a licença de saída foi revogada devido à reação popular e à Inquisição.

Em 1621 ascendeu ao trono Filipe III de Portugal (IV de Espanha) – mas foi o conde-duce de Olivares quem realmente governou. Ele defendia a subordinação maior das províncias da Coroa espanhola, o que incluía Portugal e a imposição de novos impostos e tributos.

Todavia, o balanço da governação filipina tem de ser igualmente encarado numa perspectiva econômica, social e política. Procurando obter uma visão objetiva dos fatos e reduzindo o ângulo sentimental ao quadro de rigor que a História exige, deve reconhecer-se que o governo dos Filipes, pelo menos até 1624-25, não foi nefasto para Portugal (SERRÃO, 2004, 66).

Manuel Bocarro foi médico do Duque de Lerma, antecessor de Olivares, e seu contato com d. Baltazar de Zuñiga, tio de Olivares, o alinhou politicamente com o homem-forte da Espanha, além da já referida amizade com o general de Filipe III, d. Francisco de Melo. Bocarro deixou Portugal em 1625, quando a perseguição aos cristãos-novos se aventava. O rei buscava medidas drásticas para acabar com a heresia, “ou a expulsão como no tempo de D. Manuel, ou a exclusão de qualquer honra ou ofício, de qualquer estudo e do comércio” (FRANÇA, 1951, p. 305). Até o fim do domínio filipino, os conversos terão seus pedidos ora atendidos, ora negados, disputando sempre com a Inquisição e camadas populares cristãs-velhas os seus direitos.

A partir de 1625, a política externa filipina começou a apresentar-se cada vez mais desfavorável para o reino português, com a generalização dos conflitos militares e pela pressão fiscal, a sua consequência imediata. Para muitos súditos, o resultado da incorporação à Coroa vizinha foi constatado na invasão holandesa do Brasil – na Bahia em 1624-25 e em Pernambuco, a partir de 1630.

No dia 1º de Dezembro de 1640, um grupo de nobres invadiu o Paço da Ribeira, onde estava a governadora do reino, a duquesa de Mântua, e o secretário de Estado, Miguel de Vasconcelos. Morto este e calada aquela, os nobres proclamaram a realeza do duque de Bragança, aclamado rei D. João IV em 15 de Dezembro. A Guerra de Restauração durou até 1668, quando finalmente Madrid reconheceu a independência portuguesa.

2.2 SEBASTIANISMO

Grandes correntes mentais e ideológicas mantiveram ao longo dos sessenta anos de dominação filipina o espírito de autonomia entre os portugueses. Neste trabalho, já abordamos o messianismo e a ideia de Portugal ser o escolhido de Deus para liderar a cristandade. Além deles, outros fatores são apresentados por Serrão, como o caso dos mosteiros de Santa Cruz de Coimbra, onde estudara d. Antônio, Prior do Crato, e mantinha-se um culto a D. Afonso Henriques; e o mosteiro de Alcobaça, onde fora escrita a obra *Monarchia Lusitana*, com objetivo patriótico (2004, p. 32). Outro fator já levantado foi as *Cortes na Aldeia*, em especial a dos Bragança, situada em Vila Viçosa. Mas talvez o principal motor responsável pela Restauração seja aquele proveniente da esperança judaica no messias, da sociedade sacral portuguesa, da fé popular nas trovas do Bandarra e no mito do Encoberto: o Sebastianismo.

Para França, enquanto que o espírito popular, mais receptivo a lendas e mistérios e ferido pela derrota de Alcácer Quibir acolheu a crença no retorno do rei, as classes dominantes alimentaram a mística e aderiram abertamente ao mito (1951, p. 230). Partindo de boatos e dos “serviços da magia considerada ilícita” abordados anteriormente, o sebastianismo chegou até a “cultura letrada”, na definição de Hermann, com d. João de Castro, Manuel Bocarro e o padre Antônio Vieira, em contraposição à “cultura popular”, como nos exemplos acima, as *Trovas* do Bandarra transmitidas oralmente e dos falsos reis que diziam ser D. Sebastião⁴⁹.

A união da cultura letrada com a popular realizou-se através do nobre d. João de Castro, que lutou ao lado de d. Antônio, Prior do Crato e, ao se separar deste, encontrou nas rimas do sapateiro Bandarra uma esperança para Portugal, e a relacionou com o rei desaparecido D. Sebastião. Editado em Paris em 1602, o *Discurso da vida do sempre bem-vindo e aparecido Rei D. Sebastião* foi a primeira obra erudita onde o rei português foi encarnado na figura do rei lendário, e onde Castro lançou as bases de uma Teoria da Quinta Monarquia portuguesa. Mas a principal obra que representa a união das “duas culturas” foi impressa no ano seguinte, também em Paris, “*Paráfrase e concordância de algumas Profecias de Bandarra, sapateiro de Trancoso*”. Pela primeira vez parte das *Trovas* foram organizadas e D. Sebastião foi relacionado com o Messias que Bandarra citava, visto que

⁴⁹ Entre 1584 e 1598, quatro indivíduos fingiram ser D. Sebastião, e ficaram conhecidos como: “O rei de Penamacor” (1584), “O falso de Ericeira” (1585), “O pasteleiro de Madrigal” (1594) e “O falso de Veneza” (1598). Besselaar (1987, p. 62) defende que somente o último se integraria na história do sebastianismo “porque, devido sobretudo à imaginação exaltada de D. João de Castro, foi identificado com o Encoberto das profecias nacionais, o que não consta dos três outros”.

“Castro interpolou e reproduziu apenas as estrofes do texto que interessavam aos seus argumentos sebastianistas, postura que assumiu sem maiores constrangimentos” (HERMANN, 1998, p. 205).

Interessante notar que Castro, reconhecido na historiografia como o grande divulgador do sebastianismo⁵⁰ e forte opositor dos judeus e cristãos-novos, usou as *Trovas* como base de seu pensamento, sendo elas explicitamente permeadas de elementos judaicos. Mesmo Bandarra sendo cristão-velho, ele esteve em permanente contato com a comunidade cristã-nova, e isso foi refletido nas suas trovas. Assim, voltamos a afirmar que o sebastianismo foi gestado numa sociedade onde o elemento judaico/cristão-novo foi um dos responsáveis pelo surgimento e manutenção de uma cultura messiânica portuguesa.

Parece um pouco contraditório que a crença na volta de D. Sebastião tivesse como uma das bases o judaísmo. O jovem rei tivera uma educação extremamente religiosa através de seus educadores, membros da Companhia de Jesus, e por isso não era um grande simpatizante dos cristãos-novos. Seu reinado foi marcado por perseguições inquisitoriais explicitamente contra os conversos e foi instalada uma cláusula de confisco de bens, que eram apreendidos pelo Santo Ofício durante o julgamento. Para a jornada no Norte da África, entretanto, o rei suspendeu o confisco, por dez anos, para que os recursos fossem usados na campanha militar e permitiu que os cristãos-novos saíssem do reino, em troca de uma doação de 250 mil cruzados. Quando assumiu o trono, o cardeal D. Henrique logo suspendeu ambos os acordos (HERMANN, 1998, p. 168).

2.3 A EXPECTATIVA DE BOCARRO

Como Bocarro pode ser ao mesmo tempo judeu e sebastianista? Autores como Moreno-Carvalho e João L. de Azevedo identificam-no como o único exemplo conhecido de um judeu sebastianista, enquanto que França e Luís Filipe S. Lima o descrevem como messianista brigantista – abordaremos essas duas interpretações que apresentam semelhanças entre si.

Bocarro é o primeiro a escrever sobre um “sebastianismo sem D. Sebastião”, nas palavras de Moreno-Carvalho, precedendo o padre Antônio Vieira, que será tratado mais adiante. Ele deslocou o mito da figura histórica do rei desaparecido em Alcácer Quibir e o

⁵⁰ João Lúcio de Azevedo o chamou de “corifeu da crença sebástica”, e Diogo Ramada Curto de “São Paulo do sebastianismo”.

substituiu por d. Teodósio de Bragança, conferindo “ao sebastianismo condição de sobreviver ao longo do tempo” (2011, p. 164). No Luz pequena, em 1627, Bocarro já usava o termo “sebastianistas” para se referir àqueles que esperavam pelo retorno do rei e inclusive a ele mesmo, pois comenta que “Rey Dom Sebastião não morreo na batalha de Africa, (pois temos disso demonstrativa certeza) contudo não esperamos por elle”⁵¹.

Como então Bocarro manteve esse sebastianismo sendo judeu? Descrevemos anteriormente que um elemento em comum entre a crença na volta do rei e o messianismo judaico português era as *Trovas* do Bandarra, mas só esse fator não é suficiente para justificar a característica peculiar de Bocarro. Com base na sua explicação sobre o título do Luz pequena, sobre duas monarquias, uma *propriamente dita*, superior, e outra *imprópria*, a monarquia portuguesa, Moreno-Carvalho sugere que esta divisão em duas esferas teria relação com a tradição judaica do processo de Redenção que, da mesma forma, ocorreria em duas etapas, representadas por duas figuras messiânicas: o Messias filho de José e depois o Messias filho de Davi. O primeiro reconquistaria Jerusalém e seria morto numa batalha; o segundo instauraria então a Redenção Final. Moreno-Carvalho acha pouco provável que Bocarro tivesse acesso a essa tradição a partir das fontes originais do judaísmo, mas “é sim possível que uma tradição messiânica de judaizantes em Portugal tenha caminhado no sentido de separar duas esferas de redenção, a terrena executada por um rei português antecedendo a redenção final trazida pelo Messias” (Ibidem, p. 207).

Desta maneira, ao separar as esferas do processo de Redenção, a esfera política e terrena, iluminada pela luz lunar e estelífera e guiada por um rei não judeu, mas português, da esfera espiritual e derradeira, iluminada pela luz solar e conduzida pelo Messias judeu da Casa de Davi, Bocarro pode, de acordo com Moreno-Carvalho, conciliar suas convicções sebastianistas com sua condição de judeu. Além disso, ao explicar no Luz pequena o significado da presença de algum nome sagrado no Stado Astrologico, ele deseja para a esfera política o fim das perseguições religiosas para que se possa alcançar paz e prosperidade, enquanto aguarda-se a *aetas aurea*:

Todo o nome divino, ou Religião, que aqui literalmente se põem, se toma equivocadamente, por seu verdadeiro significado; as nações do Mundo o tome por si, entendendo aquelle nome e Religião, pella que observaõ, E conhece por verdadeiro, pera que não se escandalizem huim de outros: porque todos são criaturas de D. omnipotente, E todos deve de viver em paz nesta Monarchia Portugesa, que pera sua essencia e *conservação*, não ha de dominar, nas almas, E conçiências, isso he só

⁵¹ LP, p. 102.

Imperio de Deos, E não dos Homens: epois ele sustenta a todos, he sinal de que quer que todos se unaõ em paz, sem especulare as almas. o de mais se tratara na Monarchia Superior⁵².

Bocarro apresenta uma separação entre a esfera pessoal, da crença e da religião, da esfera pública, política. Moreno-Carvalho destaca o termo “conservação” por estar presente no século XVII em vários países europeus, inclusive em comunidades judaico-portuguesas, ao reproduzir a ideia de se manter uma ordem e uma estabilidade que estariam ameaçadas, nomeadamente causadas pelas perseguições por motivos religiosos. Bocarro, portanto, vivendo num continente agitado por guerras religiosas, propõe um modelo de sociedade na qual a questão espiritual seja de foro íntimo, sem relação com o governo e seu soberano, um abandono ao “Cujus regio, eius religio”.

“O messianismo brigantino era o anti-sebastianismo. O trono seria dado a uma nova dinastia. Não se esperava mais D. Sebastião” (FRANÇA, 1951, p. 239). Para França esta foi a mística que verdadeiramente levou à Restauração. Menos popular e menos profundo que o sebastianismo, o messianismo brigantino estava presente nas classes dirigentes como uma solução prática e imediata. Esse messianismo desenvolveu-se através de algumas interpretações das *Trovas* de Bandarra, que previra a vinda de um príncipe que expiaria Portugal de seus males e daria início a uma era de glórias e grandezas: “Saia, saia esse infante / Bem andante, / O seu nome é D. Fuão” (AZEVEDO, 1947, p. 49). Para atender aos anseios dos partidários da Restauração, esse e outros trechos foram alterados – o nome D. João passou a ser escrito, em alusão ao duque João de Bragança, filho de d. Teodósio, pois este havia morrido em 1630. França caracteriza a crença brigantina como uma síntese do sebastianismo e dos escritos de Bandarra, usando do primeiro a ideia do Encoberto e do segundo a imagem de um infante redentor.

Em sua tese de doutorado, Lima, trabalhando com autores como Hermann e França, entende o messianismo brigantino como uma expectativa *sui generis* e não apenas uma variação genérica do sebastianismo. Para o autor, ele foi além, seja de um “oportunismo de uma nova dinastia que tenta se impor utilizando uma crença mais ampla, popular, reativa – o sebastianismo” (LIMA, 2005, p. 230); seja como “fruto da sociedade barroca estruturada pela Contra-Reforma, que iria do final do século XVI até o terceiro quartel do XVII” (HERMANN apud LIMA, 2005, p. 239). O messianismo brigantino poderia trazer esses vetores, mas,

⁵² LP, pp. 95 – 96. Grifos nossos.

sobretudo, traduziu um projeto identificado na dinastia de Bragança que reformulou a ideia de destino português.

Encontramos um prognóstico de Bocarro que poderia colaborar com essa tese messianista brigantista, um tema recorrente nos seus escritos, desde o *Tratado dos Cometas* (1619) até os *Aforismos* (1627): a morte de Filipe III de Portugal e a possível vacância na Coroa espanhola, visto que até o nascimento de seu filho Baltasar, em 1629, o rei tivera apenas filhas. No *Fragmento 4*, Bocarro explica que o herdeiro legítimo tanto do trono português como do espanhol seria um Bragança, com base em um acordo feito no reinado de D. Manuel. Realmente em 1498 o duque Jaime de Bragança foi jurado herdeiro de Portugal, pois as cortes temiam que o reino caísse em mãos estrangeiras, porque D. Manuel estava em seu terceiro ano de reinado e não tinha herdeiros. Porém, no mesmo ano nasceu o príncipe Miguel, mas faleceu em 1500. Como sua mãe havia morrido no parto, o rei casou-se novamente, e seu primeiro filho tornar-se-ia o futuro rei d. João III. Dessa maneira, o messianismo de Bocarro teria um lado político, ao se basear em um fato da história portuguesa, a questão da sucessão dinástica. Podemos dizer que ele acreditava no segundo modelo de corpo descrito por Kantorowicz, ou seja, o corpo político, sagrado e imortal, ligado à nação, à administração do reino e bem estar do povo.

Antes da Restauração, o messianismo brigantino era fomentado pela lealdade e respeito dos vassalos à casa de Bragança, expresso numa corte de letrados e jovens fidalgos em Vila-Viçosa e numa produção de poemas e epopeias – como no caso de Bocarro – relatando a grandiosidade de Portugal e da Casa. Num segundo momento, pós-Restauração, esse messianismo seria uma tentativa de legitimação da dinastia sob o sebastianismo derrotado, estimulando a edificação do Quinto Império. O primeiro momento, entre 1580 e 1660, o “século ibérico” nomeado por França, seria um momento de busca da ordem, com a formação dos Estados Absolutistas, o Mercantilismo, a Contra-Reforma e a Companhia de Jesus. Nas artes, o Barroco (entre o final do século XVI e meados do século XVIII) e suas características que encontramos também em Bocarro: exageros, uso de superlativos, grandiosidade, união da prece com a literatura, uma escrita para a elite, denúncia aos males do tempo, culto do herói – que tomaria lições de grandeza com os heróis do passado – e idealismo (FRANÇA, 1951, pp. 46 e ss.).

2.4 PORTUGAL COMO A ÚLTIMA E MAIS PODEROSA MONARQUIA DO MUNDO

Bocarro, ao formular um messianismo centrado na figura de um nobre que não era rei, demonstrou sua especificidade barroca e moderna ao eleger como Encoberto um personagem que, mesmo sem coroa, mantinha seu poder e destino inscritos numa linhagem venturosa. Especificidade barroca ao carregar consigo as características descritas acima, e moderna ao mesmo tempo por usar de cálculos astronômicos para realizar seus vaticínios proféticos, Bocarro pregava o que Hermann chamou de “messianismo científico”:

Decifração de sinais, interpretação de um movimento celeste, e seus prováveis sentidos para a vida na Terra, adaptação histórica “e astrológica” da profecia, o “bragantismo” pioneiro de Bocarro representou a coroação do fenômeno da transfiguração barroca na exegese dos movimentos astrais (HERMANN, 1998, p. 218).

Essa formulação está presente no *Anacephaleoses* e no *Luz pequena* onde, usando conhecimentos astrológicos, Bocarro prognosticou o futuro de Portugal como a última e mais poderosa monarquia do mundo, destinado a se tornar a cabeça da cristandade ao vencer o Império Otomano, num domínio que englobaria inclusive a Espanha. E tudo sob o governo do rei Encoberto. Um exemplo de oitava com elementos astrológicos a favor de Portugal:

32
Verás a potestade descuberta
Do florescente Imperio, & dilatado,
Que do vago, que tem, o Ceo liberta,
Pera mais grave, & mais supremo estado:
Dos Astros na potencia a mente experta
Do Portugues verá sublime o Fado,
Que Deos quasi ab eterno engrandecia,
E nas luzes Celestes o escrevia⁵³:

Bocarro registrou suas profecias em oitavas, porém, devido ao seu caráter cifrado e metafórico, esclareceu algumas passagens na *Anotaçam Astrologica* e nos quatro *Fragmentos* presentes no *Luz pequena*. Abordaremos a seguir várias dessas oitavas que foram explicadas por Bocarro posteriormente, com o objetivo de analisar seu pensamento profético que constituiu seu horizonte de expectativa.

⁵³ ANAC, fl. 10v, oit. 32.

2.5 A ASTROLOGIA E A TEORIA DA INFLUÊNCIA CELESTE

Na classificação medieval-renascentista, a astrologia era descrita como uma ciência “intermediária” ou “mista”, por ocupar uma posição entre a física, que estudava o ser natural, e a matemática, que se dedicava ao ser quantificável. No mesmo nível da astronomia e da óptica, a astrologia tinha o seu objeto de estudo pertencendo igualmente à outra ciência – a física, que ao tratar dos corpos celestes estabelecia uma relação de subalternidade com a astrologia.

O conhecimento astrológico expressava-se então em duas linhas: a astronomia – sobre o movimento dos astros – e a astrologia propriamente dita – sobre os efeitos desses movimentos sobre os seres. No Barroco desenvolveu-se ainda a Astrologia Judiciária, subdividida em quatro categorias: *previsões gerais* (eclipses, conjunções de planetas), *natividades* (estudo do céu no momento do nascimento para a elaboração do horóscopo), *eleições* (determinação de dias e momentos favoráveis para a tomada de decisões) e *questões horárias* (o astrólogo seria capaz de resolver qualquer questão se ele conhecesse o momento astrológico em que a situação acontecera) (HERMANN, 1998, pp. 211-212).

No debate cosmológico europeu do século XVII, havia a ideia, com base em Aristóteles, de que os corpos celestes influenciavam os corpos terrestres através das quatro qualidades primárias – quente, frio, úmido e seco – que, quando combinadas, podiam tanto dar origem como alterar os quatro elementos principais que constituíam a matéria terrestre – água, ar, fogo e terra. Associando a cosmovisão de São Tomás de Aquino à física aristotélica, os filósofos portugueses do Seiscentos procuravam explicar como a influência celeste conseguia efetivar-se “à distância” sobre a Terra: imaginou-se que existiriam agentes intermediários entre os distantes planetas e a região terrestre, responsáveis pelas alterações das quatro qualidades primárias. Estes agentes seriam a luz e o movimento dos planetas então conhecidos. Além deles, outros dois agentes não observáveis, mas “constatáveis na prática ou nos seus resultados” eram a *influentia* e a “causa universal” – algo que mantinha o mundo na sua ordem, uma intervenção divina (CAROLINO, 2003, p. 56).

Alguns exemplos da causalidade celeste na argumentação dos filósofos portugueses: o Sol era visto como a fonte de vida; a Lua seria um “planeta” feminino, relacionado com a umidade e o frio, o comportamento de alguns animais e o movimento das marés; Saturno seria

responsável pela origem do frio e da melancolia; Júpiter corresponderia à cabeça e à velhice, etc.

A teoria de que os corpos celestes modificavam a vida terrestre estava presente, na verdade, no próprio imaginário cosmológico da sociedade europeia em geral, e na portuguesa em particular, no XVII, com práticas culturais como a leitura de almanaques astrológicos e sermões de padres sobre a superioridade física dos céus. Isso contribuiu para a difusão da visão de um cosmos ordenado, hierarquizado e detentor de um plano metafísico. E devido ao contexto histórico marcado por perseguições e guerras religiosas, juntamente com alterações no equilíbrio político do continente e mesmo do mundo, associações entre o macrocosmos planetário e o microcosmos humano e terrestre desenvolveram-se e ultrapassaram o que a matriz filosófica havia descrito (CAROLINO, 2003, p. 140).

Bocarro teorizava a influência celeste para os acontecimentos políticos, como veremos adiante, partilhando conhecimentos matemáticos de alguns dos mais ilustres filósofos e matemáticos europeus da época, como Rheticus, Campanella, Longomontanus, Kepler e Galileu⁵⁴. Ele fez parte de um movimento de debate e crítica da filosofia aristotélica renascentista, baseando seu pensamento filosófico e profético numa inspiração platônica na qual o mundo fora criado e ordenado por Deus através de números, proporções e figuras geométricas. Para Bocarro o número “constitui fonte do conhecimento da natureza e da história, pelo que a compreensão de certos números e, conseqüentemente, de cálculos estelares permitem ao astrólogo desvelar o destino escatológico da Humanidade” (CAROLINO apud FRADE; SILVA, 2011, p. 81).

As interpretações proféticas de Bocarro, quando fundamentadas no cômputo astronômico, baseavam-se no exame dos movimentos dos corpos celestes e seus efeitos, e na *Annotaçam Astrologica* ele lista cinco movimentos responsáveis pela mudança dos impérios de acordo com os astrólogos: (1) conjunções dos planetas superiores Júpiter e Saturno; (2) a mudanças dos auges dos planetas e principalmente a do Sol; (3) a mudança da excentricidade do Sol; (4) a obliquidade do Zodíaco; (5) o Orbe Magno. Com o intuito de esclarecer aquelas oitavas de difícil compreensão, ele descreverá apenas os três primeiros movimentos dessa lista, relacionando-os com a história de Portugal.

2.6 ESPERANÇA NOS ASTROS

⁵⁴ Há controvérsia se realmente Bocarro entrou em contato com Longomontanus, Kepler e Galileu, pois as únicas provas são as próprias afirmações do autor. In: CAROLINO, 2003, p. 173.

Bocarro inicia a Anotação Astrologica com a oitava 63: “Aos Astros entregou o Padre Eterno / (Mas de tudo ficou principal Causa) / Deste mundo inferior todo o governo, / E nelle cada qual seu poder causa [...]”⁵⁵. Ao tratar sobre os efeitos dos astros nas monarquias, Deus seria a primeira causa e quem constituiu as causas segundas, as estrelas e os planetas, que governam as coisas sublunares. Bocarro exemplifica que, assim como um monarca governa através de seus ministros, Deus governaria o mundo através das estrelas e planetas, causas dos efeitos naturais.

Na oitava 64 ele analisará a primeira causa responsável pela mudança dos governos, as conjunções dos planetas superiores Saturno e Júpiter que, ocorrida uma em 1603 e outra vinte anos depois, indicaria a constituição do império lusitano. Bocarro explica que há três tipos de conjunção, Menor, Magna e Máxima. A conjunção de 1603 foi Máxima, ocorrendo “em signo de fogo, passando do de agoa ao de fogo”⁵⁶ - signo de Sagitário, que os astrólogos consideravam dominar sobre Castela e tinha seu grau do zodíaco mais forte em Lisboa. Em conjunções deste tipo ocorreriam as maiores mudanças no mundo, a cada “794 anos 331 dias 15 hor. 35 min. 28 seg.”. A conjunção de 1623 foi Menor, na qual não costumam haver influências dos astros que levem a grandes mudanças, ocorrendo num “espaço de 19 anos 318 dias 12 horas 59 min 23 seg.”⁵⁷.

A outra circunstância que levava a mudanças era a excentricidade do Sol: “Também nelles [nos impérios] afirmão, que domina / Varia Eccentricidade do Sol claro, / A que hum pequeno circulo declina, / Que a Roda da Fortuna ser declaro [...]”⁵⁸.

Assim, considerando que o pequeno círculo feito pelo movimento do centro do excêntrico do Sol demora 3434 anos a realizar-se e que se divide em quatro períodos distintos de 858 anos e meio (ou quadrantes), defendia Bocarro que uma monarquia se iniciava e se fortalecia durante um quadrante, decrescendo no seguinte até se anular (CAROLINO, 2003, p. 177).

O Império Romano teria se iniciado em 63 a.C., num momento de maior excentricidade, desfazendo-se juntamente com a diminuição dela. No segundo quadrante, a partir de 795, seria a afirmação da “Monarchia dos Maumetanos”, extinguindo-se no quadrante seguinte, que teria em 1653 a ascensão da última e mais poderosa monarquia, a portuguesa. Prosseguindo nesse assunto, temos a oitava 66:

⁵⁵ ANAC, fl. 15v, oit. 63 e fl. 40f.

⁵⁶ ANAC, fl. 44f.

⁵⁷ ANAC, fl. 44v.

⁵⁸ ANAC, fl. 16f, oit. 65.

Exaltouce Maumeth na precedente
 Deste circulo quarta, insignias dando
 Que nesta que começa Astripotente,
 Ao fim se inclina triste, & miserando:
 Na conjunção Aquatica, eminente
 Imperio dilatou, afigurando,
 Que na de fogo opposta, perderia
 Co nefando Alcorão, a Monarchia⁵⁹.

O “Império dos Maumeticos (convem a saber dos Turcos e Mouros)” se arruinará durante o século XVII, pois os sinais do declínio poderiam surgir cerca de dez a quinze anos antes do prognosticado. O verso que cita a conjunção aquática relaciona-se com o fato do império maometano ter-se iniciado em uma conjunção Magna em um signo de água, a cada “198 annos 265 dias 9 hor. 53 min. 52 seg”⁶⁰, e como uma conjunção desse tipo é contrária à de fogo, logo, de acordo com os conhecimentos de Bocarro, o império dos turcos será vencido pelo império dos lusitanos.

A prova de tal ascensão e vitória portuguesas estaria explicada a partir da oitava 67: “E como da Fortuna no Quadrante, / E conjunção de fogo, a Magestade / Do Luzo, este do mundo a mais triunfante, / No lugar Cazimi, grão dignidade; / A Monarchia occupa [...]”. Para demonstrar que historicamente uma monarquia sucedeu outra, Bocarro sentencia: “Pera q se arruyne huã Monarchia, he necessario, que se alevante outra, & pera hua se alevantar he necessario, que a outra se extingua: assi succedeo ategora nas Monarchias do mundo”⁶¹. E enumera várias monarquias que seguiriam essa máxima: Assírios, Medos e Caldeus, Persas, Gregos, Romanos, Godos, Turcos e Mouros. Obviamente, a próxima monarquia seria a Lusitana, em virtude das duas causas já citadas, as conjunções de Saturno e Júpiter e a excentricidade do Sol.

A terceira causa motivadora de alterações nos impérios é a mudança dos auges dos planetas, referida na oitava 68:

Confirma a Luzitana preeminencia,
 A mudança dos Auges, que virada
 Pera o Luzo a do Sol, grata influencia
 lhe infunde, com Turquia dessolada
 Esta causa alcançou tanta potencia,
 Que faz a parte opposta inhabitada
 [...] ⁶²

⁵⁹ ANAC, fl. 16f, oit. 66.

⁶⁰ ANAC, fl. 44v.

⁶¹ ANAC, fl. 47f.

⁶² ANAC, fl. 16v, oit. 68.

E especialmente a mudança do auge do Sol, visto que ela teria muita força na Terra. O último verso citado acima diz sobre a divisão do globo, através do círculo equinocial, em duas partes, a Austral / Oriente e a Boreal / Ocidente. Para esta última mover-se-ia o auge Sol para levantar um império, tornando a outra parte inabitada e sujeita à Boreal. Além disso, o auge também se move no Zodíaco, indo de Câncer para Libra, isto é, para o signo que “influenciaria” a cidade de Lisboa.

Interessante notar que mesmo após demonstrar as três causas que levariam Portugal a ser um poderoso império, Bocarro adverte na oitava 70: “Mas não quero, que entendas, que he precisa / Dos Imperios verdade, a que te explico”⁶³. O motivo para tal incerteza a respeito de suas previsões já fora citado anteriormente: a “causa universal”, ou, nesse caso, Deus seria o único capaz realmente de mudar os impérios, pois Ele era a causa primeira para Bocarro.

Avançando para a oitava 90, Bocarro trouxe, além das razões astrológicas sobre o destino da monarquia, “vaticínios proféticos, que varões santos & pios, deixarao escritos sobre este particular”⁶⁴. Utilizando-se da “teimosia sebastianista”, expressão cunhada por Besselaar, Bocarro transcreveu trechos em latim que professariam o futuro do reino sob o governo de Filipe III de Portugal, mas uma rápida leitura revela que seu conteúdo não faz nenhuma referência a tal assunto.

Esclarecendo ainda o significado de algumas oitavas e comentando a monarquia prognosticada no *Stado Astrologico* (o primeiro anacefaleose), temos no *Luz pequena* quatro *Fragmentos* em estilo discursivo que revelam a opção de Bocarro a favor de Portugal e sob o governo do rei Encoberto.

No *Fragmento 1. da luz pequena*, após a explicação sobre o título do livro, já apresentada neste trabalho, Bocarro comenta que os nomes citados no *Stado Astrologico* – turcos, mouros, maometanos – são “equívocos”, isto é, não significam especificamente esses povos, mas sim todos aqueles que querem “dissipar o Reino” de Portugal. Essa explicação também serviria para o nome holandês e batavo, respectivamente na oitava 98 – “[...] Olandez, gente inimiga, / Dos soldados de Christo verdadeiros” – e oitava 103 – “O Batavo cruel”. Bocarro prevê que um dia a Província de Holanda será aliada da monarquia lusitana, “se bem oje lhe destrue suas conquistas”, uma referência à invasão holandesa da Bahia, em

⁶³ ANAC, fl. 16v, oit. 70.

⁶⁴ ANAC, fl. 55v.

1624. Na verdade, holandês e batavo representariam o príncipe ou rei das Províncias dos Países Baixos, que seriam inimigos do Encoberto e do seu reino⁶⁵.

De volta à oitava 98 Bocarro explica que os soldados de Cristo são aqueles fidalgos portugueses que se ornavam com o hábito da Ordem de Cristo, que teve o infante D. Henrique de Avis, O Navegador, como Grão-Mestre durante o século XV. Bocarro estende para todos os fidalgos portugueses a denominação de “soldados de Cristo”, atribuindo-lhes ainda os títulos de *verdadeiros*, *ventureiros* e *Atlantes* que, assim como o ser mitológico que sustenta o céu, os fidalgos sustentariam a monarquia portuguesa.

Da oitava 90 – “Este Heroe (disse a Ninfa) esclarecido, / A atropellar do Turco o sceptro abasta: / Com summa expedição, com nunca ouvido / Exército tão grande [...] ha de ser visto / Na terra que pizou no mundo Christo”⁶⁶, até a oitava 92, Bocarro descreveu uma conquista metafórica do império português, significando paz e concórdia com as nações do mundo listadas na oitava 92: Suécia, Dania (Dinamarca), Polônia, Moscovita, Alemanha e Gália.

Na oitava 120, “[...] de Pedro à barca”, Bocarro expõe que a barca seria o reino de Portugal, desde o rei D. Pedro I (que reinou de 1357 a 1367) até el-rei D. João I (1385 – 1433), fundador da dinastia de Avis. A partir disso, ele prognostica que a restauração poderia se dar através “de algum Pedro, como dis Bandarra”⁶⁷, nome de uma personagem recorrente nas *Trovas*.

No *Fragmento 2. da Luz pequena*, “investigando o tempo da Monarchia Portugueza, a saber, da restauraçõ do Reino de Portugal”⁶⁸, Bocarro calcula, de acordo com as oitavas 63 a 69 (já abordadas anteriormente), que a Restauração “ha de ser certa”, e que ela é o objeto do livro e de todos os prognósticos do autor. Ela acontecerá num tempo de grande aflição, miséria e trabalho, como descrito na oitava 97: “Nenhum, dos florescentes grande Imperio / Do perigo imminente, está seguro”⁶⁹, na oitava 119: “Na terra a Santa Astrea desprezada / Quantas calamidades lhe promete! / A grandeza melhor mal governada, / A que excicios crueis se não sobmete! [...] Não sei se temerá novos tributos / De novas leis, de novos estatutos” e na oitava 126:

Refrea, amada patria, os tristes vultos,
As lagrimas comprime, & não te espantem
Effeitos das Estrellas, que se occultos,

⁶⁵ LP, p. 94.

⁶⁶ ANAC, fl. 20f, oit. 90.

⁶⁷ LP, p. 96.

⁶⁸ LP, 96.

⁶⁹ ANAC, fl. 21f, oit. 97.

Por ti ja pode ser que se levantem;
 Na mesma confussão, & nos tumultos,
 Deixa, que por teu Rey victorias cantem,
 Que de quanto o Sol ve, Neptuno abarca,
 Será contigo universal Monarcha⁷⁰.

Para a superação desse tempo difícil, Bocarro faz algumas referências à história dos judeus, como quando “socorreo Deos a seu povo em Egypto” ou quando os macabeus se rebelaram contra o rei selêucida Antíoco IV. A origem de tal ruína estaria no governo de D. João II – após a expulsão dos judeus da Espanha em 1492, aqueles que emigraram para Portugal precisaram pagar oito ducados de ouro, quantia elevada para a época, para permanecerem em terras lusitanas, e alguns de seus filhos foram enviados para São Tomé para povoarem a ilha⁷¹ – e no de D. João III, pois o Tribunal da Inquisição foi instaurado no seu reinado.

Para a Europa em geral, esse tempo obscuro, com mudanças de estados, estaria descritos nas oitavas 95 a 97. Na 95, por exemplo: “O mundo ha de sentir, em diferentes / Partes, sem que algua se resista / Do exicio [...]”. Especialmente para a Espanha Bocarro presente grandes mudanças: “Festeje, se co Luzo ha de ajuntarse: / ó Principe vallente”⁷². Seria, talvez, uma união dos dois reinos sob a coroa do Encoberto português a mudança prevista para a Espanha? Entretanto, por causa do mau governo de Filipe III de Portugal, que derramaria sangue inocente nos tribunais – talvez mais uma referência à Inquisição –, e que seguiria os passos de Reboão (filho do rei Salomão quando aconteceu a divisão do Reino de Israel) ao oprimir o povo, males se sucederiam sob a Península Ibérica. Bocarro então pede a Deus que evite “o mal de Hespanha; E principalmente de Portugal, mina patria; que ainda que della me desterra à tyrania de suas injustiças, ha mais de dous mil annos, que meus. Pais a habitaõ, com os cargos mais honrosos daquelle Reino”⁷³. Para alargar o seu espaço de experiência, Bocarro “remete à conhecida alegação de antiguidade que caracterizava o *ethos* do judaísmo hispano-português” (MORENO-CARVALHO, 2011, p. 51), ou seja, a ancestralidade dos judeus ibéricos que remontaria ao Exílio na Babilônia no século VI a.C..

Então, com a Espanha ameaçada e Portugal decadente, chegaria o momento de ascensão da última monarquia do mundo, sustentada por seus fidalgos valentes, de acordo com a oitava 105:

⁷⁰ ANAC, fl. 26f, oit. 126.

⁷¹ LP, p. 78.

⁷² ANAC, fl. 19v, oit. 87.

⁷³ LP, p. 99.

Olhay, que em vossos hombros corrobora,
 Dos Astros a influencia mais suprema,
 Monarchias das gentes, se inda agora
 Tropece em mortes, infortunios tema:
 Comesse Luzitania a ser senhora
 Do China mais remoto, à Thule extrema;
 Sorte que o Ceo lhe dá certa, & bizarra
 [...]

No *Fragmento 3. de luz lunar*, Bocarro segue mencionando os fidalgos, descrevendo que o princípio da monarquia depende daqueles que a compõem, isto é, as pessoas ilustres dela, relatadas no IV anacefaleose, dedicado a d. Teodósio de Bragança. Esses senhores ilustres, ao servirem e exaltarem seu rei “e natural Senõr”, dariam fundamento à monarquia, “como alicerce deste edificio”.

Presente no final do *Fragmento 2* e no início do *Fragmento 4. da luz estelífera*, o ano de 1653 apontaria a afirmação da monarquia portuguesa como uma monarquia universal. Esse ano é uma característica do pensamento messiânico do autor. Por exemplo, no *Fragmento 4*, ao explicar que os sebastianistas não devem esperar pelo retorno de D. Sebastião, mas sim por algum português que seria seu “herdeiro”, Bocarro anuncia que “num seculo de seu nascimento [de D. Sebastião], se cumprem os meus prognosticos sobre este Reino: naceo no anno de 1553 atte o anno de 1653 prognostiquei”. Na verdade o rei nascera no dia 20 de Janeiro de 1554; provavelmente Bocarro alterou a data para manter uma relação com as conjunções dos planetas Saturno e Júpiter, ocorridas em 1603 e 1623, e com a mudança da excentricidade do Sol, de 1653. Foi nesse ano a reunião das Cortes em Lisboa para jurarem herdeiro o príncipe Afonso, futuro Afonso VI – e em seu reinado foi assinada a paz com a Espanha, pondo fim à Guerra da Restauração.

2.7 QUINTA MONARQUIA & QUINTO IMPÉRIO

Nas duas obras de Bocarro estudadas neste trabalho, ficou claro que a próxima monarquia dominante seria a portuguesa. Por vezes, entretanto, Bocarro se refere a ela como império, provavelmente devido às suas colônias no ultramar. Não encontramos alguma referência explícita que indique Portugal como o Quinto Império do Mundo – teoria baseada no Antigo Testamento, no Livro de Daniel, onde conta o sonho do rei Nabucodonosor com uma estátua erguida com cinco tipos de materiais: a cabeça feita de ouro, o peito e os braços

de prata, o ventre e as coxas de bronze, as pernas de ferro e os pés eram parte de ferro e parte de barro. Enquanto o rei admirava a estátua, uma grande pedra veio do alto e acertou os pés da estátua que acabou sendo totalmente destruída. Depois disso a pedra cresceu até cobrir toda a face da terra.

Uma alusão à presença dessa teoria em Bocarro é feita pela Mesa Censória de 1774, quando o Anacephaleoses foi queimado e o Luz pequena apreendido no governo do Marquês de Pombal. Na acusação o censor justifica a destruição das obras por haver associação com a Companhia de Jesus, indicando que essa obra foi a responsável pelo seu “sócio”, o padre Antônio Vieira, compor anos depois o “indigno, escandaloso, e Herético Papel intitulado “Esperanças de Portugal; Quinto Império do Mundo”; com o qual pretendeu mostrar: Que o sobredito Monarca havia de ressuscitar antes do dia da Universal Ressurreição, para nele principiar o Quinto Império do Mundo”⁷⁴.

Essa definição de Portugal como cabeça do último e derradeiro reino levou à formulação de alguns questionamentos entre os séculos XVII e XVIII, por exemplo, quais seriam os reinos anteriores? Como seria o quinto reino? Seria monarquia ou império? A Monarquia Lusitana de Bocarro situa-se no meio de duas interpretações messiânicas que tentaram responder a esses questionamentos, a Quinta Monarquia de d. João de Castro, e o Quinto Império de Vieira. Para concluir este estudo, abordaremos brevemente os dois modelos elaborados nos escritos desses dois letrados.

No manuscrito *De Quinta et ultima Monarchia Futura, rebusque admirandis nostri temporis* / “*Da quinta & ultima monarchia futura*”⁷⁵, Castro tratou sobre a derradeira monarquia do mundo, com os mouros como seu grande inimigo. E somente com a leitura atenta das profecias se alcançaria tal objetivo, pois elas seriam a base do edifício nomeado Quinta Monarquia – enquanto que Bocarro via nos fidalgos portugueses a base da sua Monarquia Lusitana. Essas profecias eram basicamente o sonho de Daniel e as *Trovas* de Bandarra “selecionadas” por Castro para justificar o sebastianismo. Sobre os quatro reinos anteriores, Castro interpretou-os da seguinte forma: a cabeça de ouro seria os assírios e babilônios; o peito e os braços de prata representariam os persas e medos; o ventre e as coxas de metal seriam os macedônios; as pernas de ferro, os romanos, e seus pés misturados de barro e ferro, suas partições em reinos menores e fracos (LIMA, 2005, p. 190). E o monarca deveria ser natural de Portugal, e não um príncipe estrangeiro, ou seja, D. Sebastião, o Encoberto que se encaixava nas profecias.

⁷⁴ Ibidem.

⁷⁵ Escrita em 1597 com acréscimos do autor em 1601 e em 1606 (LIMA, 2005, p. 277).

Para Lima, à medida que “Castro estabeleceu as bases da Quinta Monarquia sebastianista nas primeiras décadas do XVII, Vieira fundamentou as esperanças brigantinas no Quinto Império na segunda metade dos seiscentos” (Ibidem, p.203). No *Processo de Antonio Vieira* (1660 – 1668) foi reorganizado o pensamento profético do padre e definido melhor a sua ideia de Quinto Império, a partir das suas obras *Apologia, História do Futuro, Defesa e Clavis*. Assim como Castro, para Vieira o Império somente surgiria com a derrota do maometano através de uma nação católica, e a mais indicada era Portugal, que combatia esses inimigos desde sua fundação. E dois outros motivos também eram apontados, primeiro o fato do reino ser o ponto mais ocidental da Europa, seguindo o sentido da translação dos quatro grandes impérios que se sucederam, dos assírios aos romanos, de leste a oeste. Sobre a estátua representando os reinos no sonho do rei Nabucodonosor, Vieira entendia a cabeça de ouro como sendo o Império Assírio; os peitos e braços de prata como o Império Persa; ventre de bronze representando os gregos; e o ferro, que significaria o Império Romano (LIMA, 2005, p. 206). Um segundo motivo apontado pelo padre refere-se à cidade de Lisboa ser a capital europeia mais a ocidente, aberta para o grande oceano, a ponte para as terras e povos distantes que precisavam ser convertidos. O Quinto Império teria então uma dupla coroa de ouro e prata, com a primeira pertencendo ao Sumo Pontífice e a outra a um rei português, porque desde a Batalha/Milagre de Ourique os reis de Portugal teriam sido escolhidos diretamente por Cristo. E caberia a um rei da Casa de Bragança a função de liderar esse império, primeiramente d. João IV – com sua morte, Vieira acreditou que ele ressuscitaria –, depois o filho do rei Pedro II e, com a morte deste ainda criança, Vieira foi seguidamente depositando suas esperanças em reis e herdeiros brigantinos ao longo dos anos (Ibidem, p. 205). E para sustentar e validar seu discurso profético, Vieira recorria a “autoridades” astrológicas e, entre elas, Bocarro e seus livros foram usados para justificar o Quinto Império:

[...] outro professor da mesma ciência na nossa terra, bem conhecido nela, e mais nas entranhas pelo nome de Bocarro. Além do livro intitulado *Foetus Astrologicus*, na língua latina, escreveu outro mais breve na portuguesa, com o título *Anacefaleoses da Monarquia Lusitana*, a qual também promete seguramente, que será universal em todo o Mundo, e também com vitória do Turco, e total extinção do maometismo (VIEIRA apud CAROLINO, 2003, pp. 165-166).

Dessa forma, Vieira reconhecia os princípios dos matemáticos e astrólogos portugueses que, empenhados em delinear o rumo político do reino num momento especialmente delicado, não deixariam de observar o céu e conjecturar eventuais influências propícias das estrelas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que o *Anacephaleoses da Monarchia Lvzitana* não fosse censurado pelo Santo Ofício, Manuel Bocarro Francês explicou na última oitava⁷⁶:

131
 Assim que não entendas que o que canto
 Profecia he divina, & verdadeira,
 Porque pode dispor o eterno Santo
 Ao mundo, se quiser de outra maneira:
 [...]

Como vimos, Bocarro foi preso pela justiça secular, por defender que d. Teodósio de Bragança deveria ser o rei restaurador da monarquia portuguesa. Monarquia que deveria ser a última e mais poderosa do mundo, de acordo com os movimentos dos astros – a conjunção dos planetas Saturno e Júpiter, a mudança da excentricidade do Sol e dos auges dos planetas – e iluminada pela luz da Lua e das estrelas.

Para entendermos o seu horizonte de expectativa sobre o destino de Portugal, foi preciso recapitular episódios da história portuguesa que se relacionavam com Bocarro e que contribuíram para formar um espaço de experiência, de onde ele retirou conhecimentos para seus prognósticos: o judaísmo presente na Península Ibérica, que forneceu bases para o messianismo português, que então contribuiu para a ideia de os portugueses serem o povo escolhido, como os hebreus, principalmente a partir do Milagre de Ourique.

Abordamos a condição de Bocarro como cristão-novo e criptojudeu, vivendo com a ameaça da Inquisição, denunciado pelo irmão, que com ele também usufruía de material intelectual judaico. Nascido já sob o domínio dos Filipes, e sentindo “saudade da era dourada dos reis naturais” (FRANÇA, 1951, p. 209), Bocarro encontrou um lugar para ligar as suas experiências, o sebastianismo. Azevedo descreveu de forma quase poética o que foi – e talvez ainda seja – esse sentimento de espera para o povo luso: “Nascido da dor, nutrindo-se da esperança, ele é na história o que é na poesia a saudade, uma feição inseparável da alma portuguesa” (1947, p. 8). Bocarro destacou-se como o primeiro a pensar num “sebastianismo sem D. Sebastião”, sendo visto também como messianista brigantino, influenciando o padre Antônio Vieira.

Escrevendo de modo intrincado e de difícil compreensão, as suas oitavas do *Anacephaleoses* pareciam revelar que o rei Encoberto seria Filipe III de Portugal, quando na

⁷⁶ ANAC, fl. 27f, oit. 131.

verdade era apenas uma forma cifrada, cripta, por causa da censura castelhana. O verdadeiro Encoberto seria d. Teodósio de Bragança, descoberto no Luz pequena. Bocarro desejou que ele, ou até mesmo seu filho, conduzisse o reino a uma *aetas aurea*, inclusive com o fim da perseguição religiosa.

Ocupamo-nos com duas obras de Bocarro, que se relacionam entre si de uma maneira um pouco peculiar na historiografia, visto que uma explicaria a outra. Bocarro continuou escrevendo e publicando ao longo de sua vida, observando e acreditando na influência dos astros para a Península Ibérica. No seu último texto sebastianista, uma carta de 1659, ele manteve sua esperança no rei oculto: “o Herói encoberto há de formar sua monarquia de repente, de modo que não se há de dizer que vem por tal ou tal parte, senão ei-lo aqui obedecido de todos os Reis do mundo” (MORENO-CARVALHO, 2011, p. 204).

REFERÊNCIAS

I

BLUTEAU, Raphael. **VOCABULARIO PORTUGUEZ & LATINO, aulico, anatomico, architectonico...** Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>>. Acesso em: 14 nov. 2014.

BOCARRO, Manuel. **Anacephaleoses da Monarchia Luzitana:** pello Doctor Manoel Bocarro Frances, Medico, Philosopho, & Mathematico Luzitano : dirigidos ao Senhor della el Rey N. Senhor. 1624. Em Lisboa : por Antonio Alvarez, 1624. - 58 f. ; 8° (15 cm). Disponível em: Biblioteca Nacional de Portugal. <<http://purl.pt/14093>>.

FRANCÊS, Manuel Bocarro. **Luz pequena lunar e estelífera da Monarquia Lusitana:** Explicassã do seu primeiro Anacephaleosis. Impressso em Lisboa o anno passado, de 1624. Sobre o Principe encuberto, & Monarchia, alli prognosticada; Referente aos versos do 4. Anacephaleos, por que os C. impedirão, imprimirse; com os outros. Anno Christi MDCXXVI. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2006. 120 p. (Documentos da Ciência). Com prefácio de Galileu; introdução, notas e fixação do texto por Luís Miguel Carolino.

EXCERTOS de documento de 1774 que censura Anacephaleoses da Monarquia Lusitana; Palladião; Index Expurgatório Romano-Jesuítico; Jardim Ameno, Monarquia Lusitana; Império de Cristo; Anotação Astrológica; Esperanças de Portugal; Quinto Império do Mundo; Luz pequena lunar e Estelifera da Monarquia Lusitana. 1774. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/iel/memoria/crono/acervo/tx39.html>>. Acesso em: 01 nov. 2014.

II

AZEVEDO, J. Lúcio de. **A evolução do sebastianismo.** 2.ed., corr. e simpl. Lisboa : Livraria Clássica, 1947. 181 p.

BARROS, José D'assunção. Rupturas entre o Presente e o Passado: Leituras sobre as concepções de tempo de Koselleck e Hannah Arendt. **Revista Páginas de Filosofia**, São Paulo, v. 2, n. 2, p.65-88, Julho. 2010. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/PF/article/viewFile/2374/2841>>. Acesso em: 21 out. 2014.

BESSELAAR, José van Den. **O Sebastianismo: História Sumária**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987. 170 p. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/historia-1/120-120/file.html>>. Acesso em: 25 out. 2014.

BRITO, Creso Nuno Moraes de. **Quando ser judeu era ser português: A diáspora dos "da nação", seus caminhos e sua mobilidade**. 2007. Disponível em: <<http://servidormix.com/~redejudi/images/livros/portuguesserjudeu.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2014.

CAROLINO, Luís Miguel. **Ciência, Astrologia e Sociedade: A Teoria da Influência Celeste em Portugal (1593 - 1755)**. Porto (Portugal): Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. 431 p.

CATÃO, Leandro Pena. Os Dois Gládios do Rei: O sagrado e o temporal nas monarquias ocidentais entre a Idade Média e a Moderna. **Revista Tempo de Conquista: História Medieval e Moderna**, Rio de Janeiro, v. 1, p.1-18, mar. 2007. Disponível em: <<http://revistatempodeconquista.com.br/documents/RTC1/LEANDROCATAO.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2014.

CIDADE, Hernani. **A literatura autonomista sob os Filipes**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1940. 292 p.

FRADE, Florbela Veiga; SILVA, Sandra Neves. Medicina e política em dois físicos judeus portugueses de Hamburgo: Rodrigo de Castro e o Medicus Politicus (1614), e Manuel Bocarro Rosales e o Status Astrologicus (1644). **Sefarad**, Madrid, v. 71, n. 1, p.51-94, ene./jun. 2011.

FRANÇA, Eduardo D'oliveira. **Portugal na Época da Restauração**. São Paulo: Usp, 1951. 428 p.

HERMANN, Jacqueline. **No reino do Desejado: A construção do sebastianismo em Portugal nos séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 379 p.

KANTOROWICZ, Ernst H.. **Os Dois Corpos do Rei**: um estudo sobre teologia política medieval. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 547 p.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto / PUC-Rio, 2006. 368 p.

LIMA, Luís Filipe Silvério. **O IMPÉRIO DOS SONHOS**: Narrativas proféticas, sebastianismo & messianismo brigantino. 2005. 348 f. Tese (Doutorado) - Curso de Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2005.

MAGALHÃES, Leandro Henrique. **Poder e Sociedade no Reino de Portugal no Século XVI**: As Trovas de Bandarra. 2004. 331 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em História, Departamento de História, Ufpr, Curitiba, 2004. Disponível em: <<http://www.poshistoria.ufpr.br/documentos/2004/Leandrorodriguesmagalhaes.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2014.

_____. A tradição messiânica portuguesa e a constituição do Quinto Império. **Tuiuti: Ciência e Cultura**, Curitiba, n. 41, p.209-220, jan./jun. 2009.

MONTEIRO, Filipe Pinto. **Messianismo, Milenarismo e Catolicismo (Popular) no Discurso Intelectual das Ciências Humanas e Sociais**: Apontamentos Preliminares para uma Questão Conceitual. **Revista de Teoria da História**, Universidade Federal De Goiás, n. 4, p. 84-116. Dezembro/2010.

MORENO-CARVALHO, Francisco. **Jacob Rosales/Manoel Bocarro Francês**: judaísmo, sebastianismo, medicina e ciência na vida intelectual de um médico judeu português do século XVII. 2011. 323 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós Graduação em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaica, Departamento de Letras Orientais, USP, São Paulo, 2011.

PEREIRA, Luísa Rauter. **A História e “o Diálogo que Somos”**: A Historiografia de Reinhart Koselleck e a Hermenêutica de Hans-Georg Gadamer. 2004. 93 f. Dissertação (Mestrado) – Pós-graduação em História Social da Cultura, Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=7199@1>. Acesso em: 24 out. 2014.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O messianismo no Brasil e no mundo**. 2. ed. São Paulo: Alfa-omega, 1977. 441 p.

SCHAUB, Jean-frédéric. **Portugal na Monarquia Hispânica: 1580 - 1640**. Lisboa: Livros Horizonte, 2001. 112 p.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **O Tempo dos Filipes em Portugal e no Brasil: 1580 - 1668**. 2. ed. Lisboa: Edições Colibri, 2004. 343 p.

SOUSA, Rodrigo F. de. **O desenvolvimento histórico do messianismo no judaísmo antigo: Diversidade e coerência**. **Revista USP**, São Paulo, n. 82, p. 8-15. Junho-Agosto/2009.

SILVA, Sandra Luísa Neves da. A «Obra ao Rubro» na Cultura Portuguesa de Seiscentos: o Cristão-Novo Manuel Bocarro Francês e seus Versos Alquímicos de 1624. **Cadernos de Estudos Sefarditas**, Lisboa, v. 8, p.217-244, 2008.

TAVARES, Maria José Pimenta Ferro. **Los Judíos en Portugal**. Madrid: Editorial MAPFRE, 1992.

ANEXO A - Dinastias

Dinastia de Avis (1385 – 1580)

1385 – 1433: D. João I - Casou com D. Filipa de Lancastre.

1433 – 1438: D. Duarte I - Casou com D. Leonor de Aragão.

1438 – 1481: D. Afonso V - Casou com D. Isabel de Lancastre.

1481 – 1495: D. João II - Casou com D. Leonor de Viseu.

1495 – 1521: D. Manuel I - Casou com D. Isabel de Castela, D. Maria de Castela e com D. Leonor.

1521 – 1557: D. João III - Casou com D. Catarina de Áustria.

1557 – 1578: D. Sebastião I - Não Casou.

1578 – 1580: D. Henrique I - Não Casou.

Dinastia Filipina /Habsburgos (1580 – 1640)

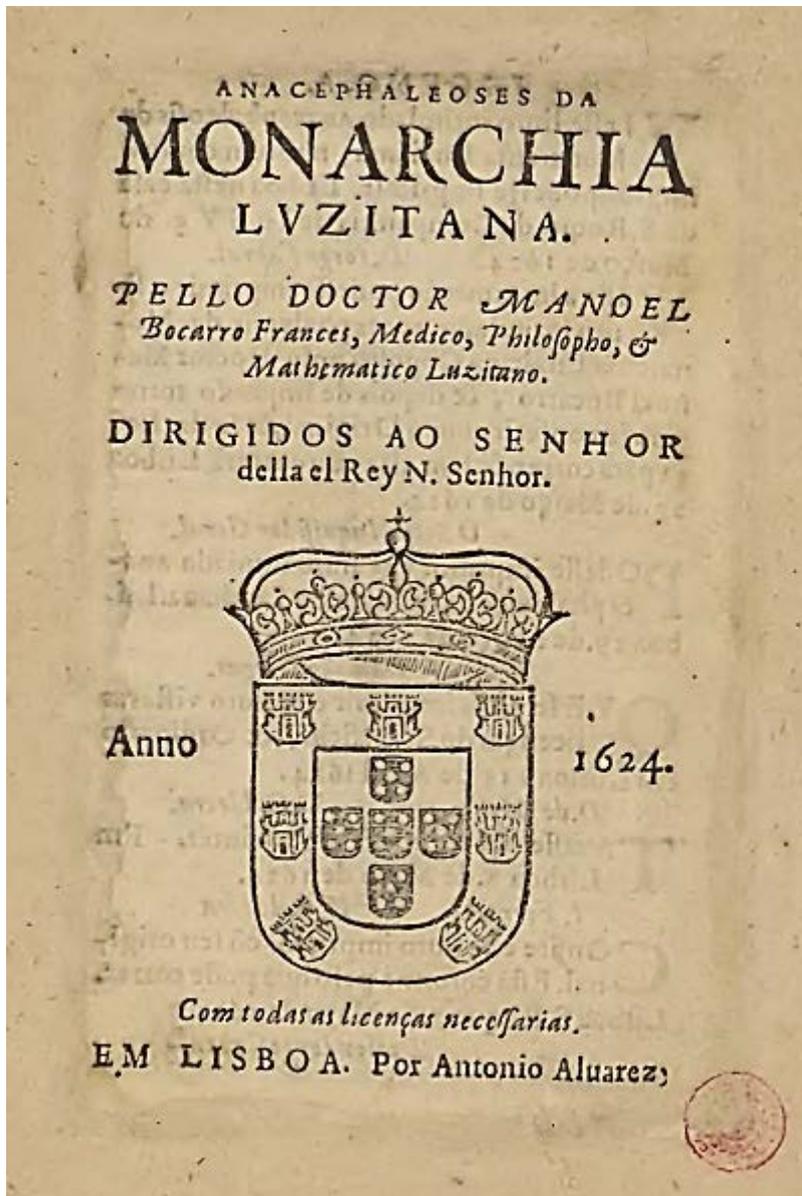
1580-1598: Filipe I de Portugal e II de Espanha

1598-1621: Filipe II de Portugal e III de Espanha

1621-1640: Filipe III de Portugal e IV de Espanha

ANEXO B – Lista de obras publicadas por Manuel Bocarro Francês (MORENO-CARVALHO, 2011).

1. Ode e Epigrama publicados no livro de Pedro de Herrera Descripcion da Capilla de N. S. de Sagrario, que erigio em La Sta Iglesia de Toledo. 1617.
2. Tratado dos Cometas que Apareceram em Novembro Passado de 1618. Lisboa: Pedro Craasbeck, 1619.
3. Anacephaleoses da Monarchia Luzitana. Lisboa; Antonio Alvarez, 1624.
4. Luz Pequena Lunar e Estelifera da Monarchia Luzitana³¹. Roma, 1626.
5. Brindis Nupcialis Egloga Panegyrica Representada dos Senhores Isach e Sara Abas. Hamburgo, 1632.
6. Ode e Epigrama à Gramática Hebraica de Moshe ben Guidon Abudiente. Hamburgo, 1633.
7. Poema Laudatório em honra a Zacuto Lusitano. Publicado no De Medicorum Principum Historia, Liber Tertius. Amsterdam, 1637.
8. Ode Saphicum, poema em honra à edição do quarto volume da obra de Zacuto Lusitano De Medicorum Principum Historia, Liber Quartus. Amsterdam, 1637.
9. Poculum Poeticum, poema escrito em forma de taça, em homenagem à edição do quinto volume da obra de Zacuto Lusitano De Medicorum Principum Historia, Liber Quintus. Amsterdam, 1639.
10. Panegyryus in Laudem Eximii sive Menashe ben Israel. Poema laudatório publicado no livro de Menashe ben Israel De Termino Vita. Amsterdam, 1639.
11. Epos Noetikum sive Carmen Intellectuale. Amsterdam, 1639.
12. Armatura Medica: hoc est modo addiscendae medicinae per Zacutinas historias, earumque Praxin. Publicado no segundo volume da Opera Omnia de Zacuto Lusitano. Lyon, 1644.
13. Status Astrologico Anacephaleosis da Monarchia Luzitana. Hamburgo: Henrici Weneri 1644.
14. Foetus Astrologici libri tres. Hamburgo: Henrici Weneri. 1644.
15. Regnum Astrorum Reformatum. Hamburgo: Henrici Weneri, 1644.
16. Fasciculus Trium Verarum Propositionum Astronomicae, Astrologicae et Philosophicae. Florença, 1654.

ANEXO C – Frontispício do *Anacephaleoses da Monarchia Lvzitana*, 1624.

ANEXO D – Frontispício do *Luz pequena, Lunar, E estelífera Da Monarchia Luzania*, 1626.

